Outubro/Novembro 2010
Ano 6_nº43
www.quercus.pt
Distribuição gratuita

Quercus
AMBIENTE

Paulo Magalhães

ECOSALDO - AS CONTAS DO CONDOMÍNIO DA TERRA

Página **10_11**

ENTREVISTA A HENRIQUE MIGUEL PEREIRA
SOBRE O *ECOSYSTEM ASSESSMENT*
Página **4_5**

A AGRICULTURA
E A CONSERVAÇÃO AMBIENTAL
Página **7**

A QUERCUS
NA COMUNICAÇÃO SOCIAL
Página **12**

OS DESAFIOS DA QUERCUS
NO FUTURO PRÓXIMO
Página **17**

MONTE BARATA
TEJO INTERNACIONAL
Página **24**

Mecenas

ideia clara. Design

Renova

CONGRESSO DE COMEMORAÇÃO

25 ANOS DA QUERCUS

30, 31 OUTUBRO E 1 NOVEMBRO 2010

PARQUE BIOLÓGICO DE GAIA

O PORQUÊ DO CONGRESSO DE COMEMORAÇÃO DOS 25 ANOS DA QUERCUS

No ano em que a Quercus comemora 25 anos de trabalho em prol de um desenvolvimento sustentável, impunha-se fazer um trabalho de reflexão sobre o que tem sido a actuação da Quercus mas, principalmente, sobre o que deverá ser o continuar de uma intervenção activa no futuro.

Tendo esta motivação como pano de fundo, avançou-se para uma reflexão estratégica quer em termos temáticos, quer em termos globais. Esta reflexão começou internamente, mas pretende-se que seja aberta à participação e ao escrutínio de todos os que têm apoiado a Quercus ao longo do seu percurso e colaborado na consolidação em Portugal de uma cultura ambiental e cívica.

O Congresso Quercus que se irá realizar entre 30 de Outubro e 1 de Novembro deste ano é dirigido, essencialmente, aos associados, e nele se pretende dar espaço para o debate aberto, frontal e construtivo, no sentido de ser definida uma estratégia que permita à Quercus responder, da melhor forma, aos principais desafios que se colocam à sociedade no futuro mais próximo.

Em paralelo com o objectivo de definir o caminho estratégico da Quercus, ambiciona-se igualmente que o Congresso seja um espaço de convívio, de troca de experiências, de descontracção. Por essa razão os espaços dedicados ao almoço, às pausas ao longo dos trabalhos, ao passeio de grupo são alargados. Isto porque reflectir sobre a Associação implica trocar ideias, renovar ou dar início a contactos interpessoais, ter tempo para amadurecer propostas individuais ou conjuntas e conversar.

Estão também previstas actividades paralelas para as crianças e jovens bem como para os(as) acompanhantes que não desejem participar nos trabalhos.

O programa definido ainda é provisório e será disponibilizada mais informação sobre o mesmo, bem como sobre todos os assuntos associados ao Congresso, na página da Quercus, logo que possível.

Contamos convosco. Só com uma participação alargada será possível melhorar a intervenção da Quercus e preparar a Associação para o futuro.

Até Outubro

A Direcção Nacional

PROGRAMA (PROVISÓRIO)

DIA 1
30 DE OUTUBRO
SÁBADO

14h00
Início dos trabalhos: boas vindas e enquadramento

14h45 » 16h15
Debates temáticos (divisão em grupos de trabalho)

16h15 » 16h45
Intervalo

16h45 » 18h30
Debates temáticos (divisão em grupos de trabalho)

18h30 » 21h00
Jantar

21h00 » 23h30
Assembleia-geral extraordinária

DIA 2
31 DE OUTUBRO
DOMINGO

09h00 » 12h00
Actividade de grupo

12h00 » 14h30
Almoço

14h30 » 16h00
Apresentação e debate das conclusões dos grupos de trabalho do dia anterior

16h00 » 16h30
Intervalo

16h30 » 18h30
Debate plenário sobre a estratégia global da Associação

20h00
Jantar de comemoração dos 25 anos

22h00
Atribuição do Prémio Quercus

DIA 3
1 DE NOVEMBRO
SEGUNDA-FEIRA

11h00 » 12h30
Apresentação e debate das conclusões finais

ACTIVIDADES PARALELAS

Existirão actividades paralelas dirigidas a crianças e a acompanhantes

A IMPORTÂNCIA DE SER SÓCIO

Susana Fonseca
Presidente da Direcção Nacional da Quercus

Este final de ano representa um momento importante para a Quercus. Para além da realização do Congresso de comemoração dos 25 anos, que tem como objectivo debater a estratégia da Associação para os próximos anos, e da organização de diversos encontros durante os próximos meses (sobre os quais é possível obter mais informação na página da Internet da Quercus), foi também tomada a decisão de trabalhar de forma mais intensa a nossa relação com os sócios.

Os sócios, para uma organização como a Quercus são fundamentais por 3 razões essenciais:
- Como base de legitimação das posições tomadas, ou seja, de representação social. Quantos mais formos, maior peso terão as nossas posições, pois serão o eco de uma faixa alargada da população portuguesa.
- Como fonte de financiamento da Associação, permitindo-nos trabalhar em áreas para as quais é muito difícil ou mesmo quase impossível encontrar outras fontes de financiamento (como é o caso do recurso aos tribunais como forma de travar processos gravosos para os valores que a Quercus defende).
- Como potencial fonte de voluntários, dirigentes, colaboradores.

A Quercus é, provavelmente, uma das organizações não governamentais de ambiente portuguesas que mais sócios possui. Ainda assim, muitos são os que não nos acompanham para além de um ou dois anos. Não obstante existirem casos de sócios que por discordarem de acções ou posições da Associação se afastam voluntariamente, o facto é que muitos outros deixam de dar o seu apoio regular por pura inércia. Como o processo de pagamento não está suficientemente simplificado, o atraso no pagamento das quotas torna-se, assim, uma regularidade em muitos casos.

Tendo consciência de quão fundamentais são os sócios para a Quercus, iremos melhorar os nossos procedimentos a dois níveis.

Por um lado iremos facilitar o pagamento da quota ou a realização de donativos pontuais ou regulares através da nossa página disponibilizando a possibilidade de adesão ao débito directo (sem necessidade de qualquer deslocação a uma entidade bancária e com total liberdade de cancelamento a qualquer momento), bem como a possibilidade de gerar uma referência Multibanco que poderá depois ser paga em qualquer caixa desta rede ou através do ebanking, não sendo necessário o posterior envio de comprovativo. Iremos ainda fazer uma campanha telefónica junto dos sócios promovendo a sua adesão ao débito directo e dando a possibilidade de se tornarem doadores regulares da Associação.

Por outro lado, iremos melhorar a nossa comunicação com os sócios. Este número do Quercus Ambiente é disso um exemplo claro. Uma imagem renovada, uma nova organização estrutural e a procura de enriquecer a nossa publicação com contributos externos que nos permitam integrar outras visões sobre os temas que consideramos relevantes. Iremos também trabalhar no sentido de transmitir de forma mais clara aos nossos associados o que estamos a fazer, de que forma o seu apoio foi importante e de que forma nos poderão continuar a apoiar.

No momento em que comemoramos 25 anos pareceu-nos justo e urgente olhar para este grupo de pessoas que de forma "quase anónima" tem apoiado a Associação ao longo deste quarto de século, alguns mesmo desde os seus primeiros instantes. Temos contado e esperamos poder continuar a contar com o seu apoio, pois só nesse contexto a Associação fará sentido.

A todos o nosso muito obrigada!

"PODERÍAMOS TER UM PAÍS MULTIFACETADO"

Henrique Miguel Pereira, coordenador do grupo de Ecologia Teórica e de Alterações Globais de Biodiversidade do Centro de Biologia Ambiental, dá a conhecer nesta entrevista ao Quercus Ambiente a experiência e conclusões do *Millennium Ecosystem Assessment*, os projectos de monitorização e de elaboração de cenários para o futuro da biodiversidade e as apostas que defende para as áreas afectadas pelo abandono agrícola.

a **Henrique Miguel Pereira**
sobre o *Ecosystem Assessment*

ENTREVISTA

Sofia Vilarigues

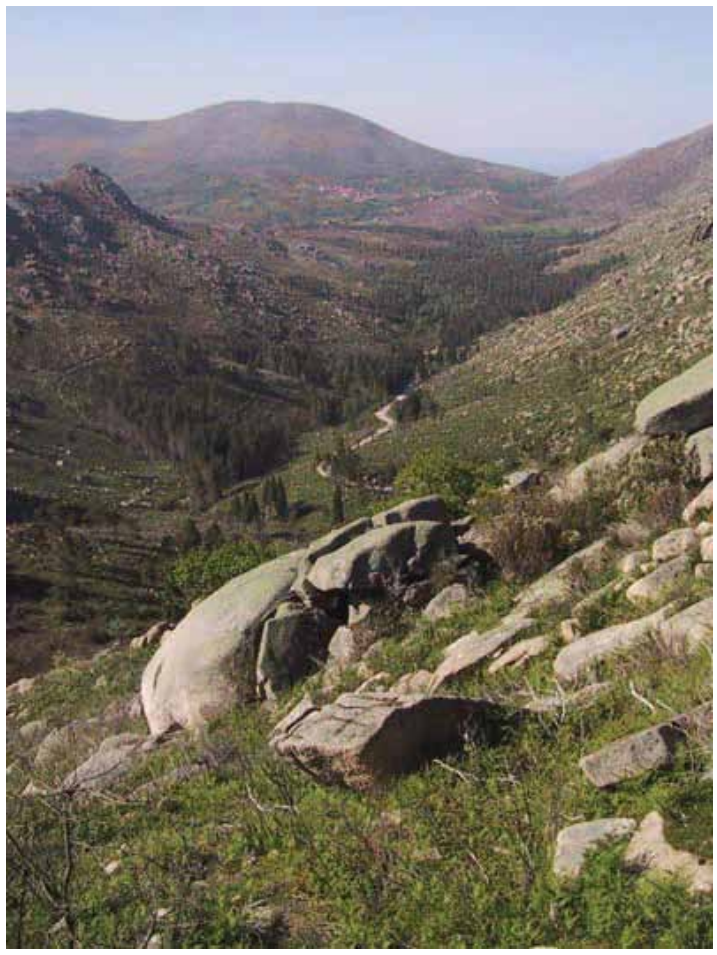
Uma grande área a que se tem dedicado é a do estudo dos serviços dos ecossistemas, dos serviços ecológicos. O que é que o levou a essa linha de investigação?
O meu interesse por essa área iniciou-se durante o doutoramento. Fiz o meu doutoramento na universidade de Stanford, nos Estados Unidos, e a professora que orientou o meu trabalho na altura, em 1997, tinha publicado um livro chamado *"Nature's Services"* ou "Os Serviços da Natureza". Estava interessado em como proteger a diversidade do planeta e, para quem está interessado nessa área, é importante saber quais são os vários argumentos que justificam a conservação da biodiversidade. A melhor forma de o fazer é, precisamente através dos serviços dos ecossistemas. E foi isso que me levou a desenvolver este interesse.

Nessa mesma linha de estudo, esteve envolvido no Millennium Ecosystem Assessment. Como correu a experiência?
O meu trabalho no Millennium Ecosystem Assessment começou por ser um trabalho a nível global. Eu estive envolvido nos cenários globais para o futuro da biodiversidade. Depois, fiquei a saber que havia um concurso de avaliações sub-globais. Tinha acabado de regressar a Portugal e achei que era interessante fazer uma avaliação sub-global, do *Millennium Ecosystem Assessment*, a Portugal. Ainda mais porque, na altura, o conceito de serviços dos ecossistemas era algo novo no país, pelo que seria uma excelente forma de promover o conhecimento desta abordagem a nível nacional. Nós concorremos, candidatámo-nos em 2003, vimos a nossa candidatura aprovada e, depois, desenvolvemos a avaliação durante os 6 anos seguintes.

Quem integrava a equipa?
Congregámos cientistas de várias universidades do país, de Norte a Sul, de várias áreas. E, tivemos também o envolvimento de um conjunto do que nós chamamos "utilizadores da avaliação", representantes dos destinatários, daqueles que lidam com a gestão dos ecossistemas em Portugal.

Essa avaliação tinha a ver com as condições, com os cenários e com as respostas de gestão alternativas. O que é que gostaria de salientar das conclusões a que chegaram?
Há uma conclusão geral que surge, de uma forma transversal aos vários ecossistemas, em Portugal e a nível internacional, é a questão de que normalmente nós avaliamos muito bem os chamados serviços de produção dos ecossistemas, como por exemplo a produção agrícola ou madeireira, mas não avaliamos e subestimamos a importância de outros serviços, como seja a regulação do clima ou a regulação do ciclo da água ou a destoxificação e a luta contra a poluição para a qual certos ecossistemas contribuem. E mesmo nos serviços culturais, embora nos serviços culturais nem sempre tal se verifique.
Isso torna-se um problema, porque é fácil definir direitos sobre os serviços de produção, mas os serviços de regulação estão muitas vezes no domínio público, são bens públicos de que toda a gente beneficia. Há dificuldade em valorizar economicamente e em compensar os produtores, pela manutenção desses serviços desses ecossistemas. E, é por isso que, de uma forma geral, quando se decide fazer uma conversão de um tipo de habitat para outro ou desenvolver uma certa infrastrutura num dado sítio, muitas vezes não se considera este tipo de serviços de regulação, de suporte dos ecossistemas, porque eles não estão em muitos casos valorizados economicamente, nem sequer de forma qualitativa.
E isto apela para a necessidade de nós termos melhor noção destes serviços de regulação e de desenvolver mecanismos para a compensação ou para o pagamento da produção deste tipo de serviços. O que até está a ser feito, em alguma medida, por exemplo no âmbito do PRODER.

E quanto às conclusões por ecossistema?
Para o caso de Portugal, os ecossistemas com maiores tipos de problemas são os ecossistemas de águas interiores. 40% dos nossos rios estão em mau ou muito mau estado, em termos de qualidade da água. E, se nós formos ver, em termos de biodiversidade, o número de vertebrados com maior percentagem de espécies ameaçadas são precisamente os peixes de água doce.
O que é que podemos fazer melhor? Há duas ou três áreas de intervenção importantes.
Uma, é no que respeita ao tratamento de águas residuais. Nós fizemos grandes progressos nessa área mas, a nível de efluentes industriais, da pequena indústria, da agro-pecuária, por exemplo, ainda há muito por fazer. Temos, também, em algumas regiões do país, problemas de poluição de origem agrícola, a chamada poluição difusa, que é mais difícil de controlar. Uma melhoria da situação requer que a quantidade de pesticidas e fertilizantes seja utilizada de uma forma mais controlada. Há também a questão das alterações dos cursos de água, através das barragens. É um problema grave. É necessário, pelo menos, que as pessoas estejam conscientes que isso tem custos do ponto de vista da biodiversidade, num país em que as nossas bacias, os nossos sistemas de água doce já estão bastante alteradas por este tipo de infrastruturas.
Um outro tema que acho que é muito relevante, é a questão da floresta, e em particular da floresta do Norte do país. No Sul, a maior parte da floresta é montado de sobro e azinheira, que são florestas extremamente biodiversas e que providenciam uma gama muito variada de serviços dos ecossistemas. A floresta portuguesa está mais ou menos dividida em um terço de eucalipto, um terço de pinheiro bravo e um terço de montado. E, a questão que se coloca é, que, se nós olharmos para esses dois terços que são pinheiro bravo e eucalipto, e que estão maioritariamente no Norte do país, do ponto de



Henrique Miguel Pereira

Henrique Miguel Pereira

Henrique Miguel Pereira

Henrique Miguel Pereira

Edifício de trabalho no Parque Nacional da Peneda - Gerês

Henrique Miguel Pereira

Henrique Miguel Pereira

vista da produção da pasta de papel e da produção madeireira tem tido resultados interessantes, mas do ponto de vista da resiliência ao fogo são duas espécies muito más. Para além disso, são relativamente pobres em biodiversidade. Se nós compararmos com a floresta natural desta zona do Norte do país, que é o Carvalho-alvarinho, o Carvalho-negral, Carvalho-cerquinho, vários estudos mostram que a biodiversidade de florestas destas espécies é superior à das florestas de pinhal e especialmente de eucaliptal. E, os serviços de ecossistema providenciados pelos carvalhais são mais diversos.
Nós temos de planear a nossa floresta para convertê-la de um floresta que era menos resiliente aos incêndios para uma floresta que é mais resiliente, especialmente no contexto que temos actualmente. O sistema de incentivos, neste momento, em Portugal, premeia as espécies menos resilientes ao fogo. Por outro lado, a nossa indústria florestal nem sequer está preparada para colocar a produção em grande escala dos carvalhais. Toda a fileira florestal associada ao carvalho tem de ser desenvolvida e tem de se começar a penalizar, por exemplo sob a forma de seguros florestais, os proprietários florestais que têm espécies que são menos resilientes ao fogo.

Dos projectos a que se tem dedicado actualmente, quais gostaria de salientar?
As minhas duas áreas de investigação são a da monitorização das alterações da biodiversidade a nível global e a de cenários para o futuro da biodiversidade, em particular no contexto do abandono agrícola que se está a observar nas zonas de montanha e noutras zonas marginais na Europa.
Na monitorização das alterações globais da biodiversidade, estou envolvido numa iniciativa chamada GEOBON – *Group on Earth Observations Biodiversity Observation Network*. Este grupo é uma iniciativa intergovernamental, e também de outras organizações, que está a desenvolver a nível mundial um sistema de integração dos vários sistemas de observação de terra. Há uma componente de biodiversidade, e eu estou a coordenar uma equipa que está a tentar desenvolver uma rede de monitorização para espécies e populações nos ecossistemas terrestres.
E, o problema que se coloca é o seguinte: nós tínhamos definido um objectivo para este Ano Internacional da Biodiversidade, que era reduzir a taxa de perda da biodiversidade. Recentemente saiu um relatório, para o qual contribui, em particular coordenei a parte de cenários, que é o *Global Biodiversity Outlook*, que saiu em Maio e que faz uma avaliação do Ano da Biodiversidade. A conclusão a que se chegou é que parece que não atingimos o objectivo. E só posso dizer parece, porque os dados que temos para o avaliar ainda são muito insuficientes. Estabeleceu-se um conjunto de 12 grandes áreas de indicadores e uma série de subindicadores, entre os quais a pegada ecológica, que vocês usam no ecosaldo. E, quando olhamos para estes principais indicadores, não só quase todos eles indicam uma perda de biodiversidade, como há algo que salta à vista: continuamos a saber muito pouco sobre o que está a acontecer à biodiversidade. Saber o que é que podemos fazer no sentido de melhorar a rede global de observação da biodiversidade é um dos meus grandes projectos. E esta ideia da rede vem na sequência de um artigo que escrevi, em 2006, na *Trends in Ecology and Evolution*, que obteve um impacte significativo.

E em que projectos está envolvido na sua outra área de investigação?
Quanto à outra área em que trabalho, que tem a ver com os cenários para as alterações e para o futuro da biodiversidade, para além dos trabalhos que já referi, no meu grupo de Ecologia Teórica e de Alterações Globais de Biodiversidade do Centro de Biologia Ambiental o nosso interesse particular é o das questões de alterações de uso do solo e em particular do abandono agrícola.
Nós prevemos, a nível europeu, que o abandono agrícola de áreas marginais vá libertar, até 2050, cerca de 20 milhões de hectares. E há duas posições na comunidade científica sobre esta questão.

Há aqueles que se preocupam muito, e dizem, e com alguma razão, que muitos destes sistemas que estão a ser abandonados, eram sistemas extensivos, tinham biodiversidade elevada, e que o abandono agrícola nestas zonas extensivas é negativo para a biodiversidade. Este tem sido o paradigma dominante, e é por isso que tem havido uma série de investimentos e de apoios às agro-ambientais, etc, para contrariar o abandono agrícola destas zonas. Mas, nós estamos a explorar isto de outro ângulo. Quais são as consequências positivas do abandono agrícola para a biodiversidade nestes sistemas? Há consequências positivas? Quais é que são? Se fazemos um balanço total do ponto de vista dos vários serviços do ecossistema, de que vamos usufruir nestas zonas abandonadas, ficamos a ganhar ou ficamos a perder com o abandono agrícola? E o que estamos a encontrar são algumas coisas surpreendentes para muita gente. Primeiro, que há muitas espécies que estão a beneficiar claramente do abandono agrícola, e espécies que estavam ameaçadas.

Mas do abandono agrícola em que depois não há outro uso do solo?
Em que não há outro uso do solo. A questão do abandono agrícola é uma questão de sucessão natural. Ou seja, o que nós pensamos muitas vezes é que, com o abandono agrícola vêm os matos, e os matos em termos de serviços do ecossistema não são muito interessantes, porque têm cargas combustíveis muito elevadas, do ponto de vista da biodiversidade têm uma biodiversidade intermédia, do ponto de vista de outros serviços de regulação têm um desempenho intermédio. Mas, se a sucessão ecológica continuasse, nós iríamos ter floresta e iríamos ter, dependendo da disponibilidade de sementes, carvalhais. Claro que a longo prazo, isto demora 15, 20 anos.

Mas espontaneamente ou com algum investimento?
É assim: em alguns sítios, não é necessário fazer nada, desde que se consiga evitar os fogos, o que não é um desafio fácil. Noutros sítios, é necessário que esta sucessão ecológica seja acelerada, seja conduzida. Pode-se fazer operações de silvicultura, ou introduzir ou desenvolver o banco de sementes, porque muitas vezes o banco de sementes não existe, não há sementes no solo para os carvalhos se expandirem.
Nós estamos a fazer estudos, quanto aos últimos 50 anos, do que é que está a acontecer em algumas das zonas abandonadas, por exemplo na Serra da Peneda, e estamos a chegar à conclusão que realmente a expansão do carvalhal é menor do que esperaríamos à partida. E o nosso interesse, agora, está em tentar perceber o que é que poderia promover essa expansão. Mas, mesmo assim, o que estamos a observar é um regresso a uma série de espécies que tinham praticamente desaparecido, ou que tinham desaparecido localmente. Portanto, mais do que a preocupação que tem havido, na minha opinião na maior parte dos casos não justificada, de que vai haver certas espécies que vão extinguir-se, o que vai acontecer é que espécies que eram raras vão ficar abundantes, e espécies que eram abundantes vão ficar raras.

E que cenários prevêem para o futuro?
Eventualmente vamos ter um cenário misto. Em que, em algumas zonas nós podemos ter florestas autosustentáveis. Podemos ter carvalhais diversos, resilientes aos fogos, que propiciam um conjunto de serviços, incluindo a regulação do clima e do ciclo hídrico, o suporte da biodiversidade, e até em alguns casos a produção de madeira. Podemos ter outras zonas em que vamos ter alguns museus da paisagem cultural, que permitam manter o conhecimento cultural, que também é importante, da produção agrícola nestas zonas marginais. E depois podemos ter outras áreas em que vamos ter outras actividades. Como o turismo de natureza, a produção florestal intensiva. Poderíamos ter um país multifacetado, com vários tipos de paisagem, escolhendo em cada sítio o que é mais adequado. Mas, o que nós propomos e o que os resultados dos projectos que estamos a desenvolver sugerem, é que uma das opções deve ser precisamente a condução do abandono agrícola para os carvalhais e para a expansão da floresta nativa.

ENTENDER O VALOR ECONÓMICO DOS SERVIÇOS DOS ECOSSISTEMAS E DA BIODIVERSIDADE

Lívia Madureira [1]

Hélder Spínola

Hélder Spínola

Hélder Spínola

A importância dos serviços dos ecossistemas e da biodiversidade para o bem-estar humano e para o desenvolvimento económico é hoje inquestionável. Todavia, a sua disponibilidade e qualidade continuam a declinar mercê da degradação e destrui-ção dos ecossistemas. A sua disponibilidade diminui dramaticamente face a uma procura crescente. O que explica esta aparente irracionalidade do comportamento humano?

Várias razões. Uma explicação, de natureza económica, é a gratuitidade da maior parte dos serviços de ecossistema. Pagamos apenas por uma parte dos serviços de aprovisionamento, os alimentos por exemplo. Mas não pagamos, regra geral, pela degradação e destruição de ecossistemas causadas pela produção desses serviços. Isto significa que os preços que pagamos, por exemplo, pelos alimentos ou pelos biocombustíveis, não reflectem a totalidade dos custos económicos da sua provisão. Podemos assim compreender melhor porque é que as empresas que nos fornecem alimentos e matérias-primas degradam e destroem os ecossistemas, porque também a nós, consumidores, nos interessa a oferta destes bens em quantidade e a baixo preço.

Acresce-se a este problema da gratuitidade dos serviços de ecossistema, uma percepção limitada por parte generalizada da população acerca do impacto dos seus comportamentos sobre o estado dos ecossistemas. Beneficiamos de forma indirecta e passiva de uma boa parte destes serviços, designadamente dos serviços de regulação e de suporte e da contribuição destes serviços para o aprovisionamento de alimentos, água potável e matérias-primas (bens e serviços de que beneficiamos directamente).

Como tornar então visíveis os custos da degradação dos ecossistemas que o mercado nos oculta?

Contabilizando o valor do que está fora do mercado, daquilo que não tem preço, mas que é procurado pela população humana e pelos agentes económicos. Importa, pois saber, como se contabiliza e, sobretudo, o que se contabiliza?

A valoração económica de bens sem mercado é uma ferramenta que proporciona informação sobre o montante total dos benefícios económicos associados a determinados níveis de provisão dos serviços de ecossistema e da biodiversidade, bem como sobre os custos totais de variações negativas nessa provisão.

Em que consiste a valoração económica de serviços de ecossistema e da biodiversidade?

Consiste num conjunto de métodos e técnicas que possibilitam, na ausência de mercado, a medição dos ganhos (ou perdas) de bem-estar humano associados a uma variação positiva (ou negativa) na quantidade ou qualidade de um serviço ou cabaz de serviços de ecossistema. Contabiliza-se, portanto, o valor económico de variações na quantidade ou qualidade de serviços de ecossistema ou da biodiversidade, ou seja, variações no bem-estar humano, decorrentes de alterações no estado dos ecossistemas.

Importa, pois, entender o que é o valor económico de um bem ou serviço?

O preço é frequentemente perspectivado como uma medida do valor económico dos bens e serviços. Mas isso não é verdade, como os economistas cedo perceberam através do "paradoxo do valor". Como é que a água, um bem essencial, pode ter um preço muitíssimo inferior ao dos diamantes, um bem supérfluo? Porque o preço reflecte o valor da última unidade do bem ou serviço que consumimos, e o bem-estar que sucessivas unidades de um bem ou serviço nos proporcionam é decrescente. Isto é particularmente evidente no caso dos bens essenciais. O valor económico é uma medida do bem-estar que o consumo de um bem ou serviço nos proporciona, e varia com a quantidade consumida, sendo que as primeiras unidades valem mais do que as últimas. A diferença entre o preço e o valor económico é expressa pelo conceito económico de excedente do consumidor, que dito de outro modo, é a diferença entre o montante monetário máximo que o consumidor estaria disposto a pagar e o que paga efectivamente (o preço de mercado).

Uma outra característica fundamental do conceito de valor económico é que este é uma medida da troca entre bens e serviços ou "estados do mundo" (de qualidade ambiental, por exemplo). O valor de um par de sapatos (ou da manutenção da qualidade da água de uma fonte mineral de acesso livre) é dado pela quantidade máxima de outros bens e serviços que uma pessoa está disposta a abdicar para obtê-los. Isto significa que o valor económico é relativo, depende das trocas que uma qualquer pessoa está disposta a fazer entre bens e serviços. Significa também que estas trocas variam de pessoa para pessoa, ou seja, que o valor de bens e serviços é subjectivo. E percebe-se que o dinheiro seja geralmente usado como unidade de medida da "quantidade máxima de outros bens e serviços" que a pessoa está disposta a abdicar.

Neste contexto, é fácil perceber que mais do que o preço, são as variações no preço que são utilizadas para medir o valor, ou seja os ganhos ou perdas de bem-estar resultantes respectivamente de uma descida ou subida do preço de um determinado bem ou serviço. E compreende-se também que a ausência de preço para um serviço não significa que este não tenha valor económico. Apenas que a sua medição se faz a partir das variações na quantidade ao invés de ser feita a partir das variações no preço.

Importa sublinhar, para concluir, que a valoração económica é uma ferramenta indicada para contabilizar benefícios (ou custos) económicos associados a alterações no estado dos ecossistemas que estejam ao alcance da compreensão dos indivíduos e que envolvam trocas entre bens e serviços aceitáveis do seu ponto de vista. Não é recomendada a sua aplicação em situações que envolvam alterações complexas, de resultado incerto, ou que coloquem o indivíduo perante escolhas inaceitáveis, isto é, escolhas que ultrapassem a sua esfera de decisão enquanto decisores económicos.

Um segundo aspecto a realçar, é que o valor económico está associado a variações no bem-estar humano. Isto significa que é determinado do lado da procura, com base nas preferências subjectivas de diferentes indivíduos. A contabilização dos benefícios (ou custos) de alterações no estado dos ecossistemas com recurso a técnicas que medem o custo (ou o benefício resultante do custo evitado) pelo lado da oferta, tais como o custo de oportunidade ou o custo do restauro, é uma via possível. Não deve, no entanto, perder-se de vista que aquilo que se está a medir é o custo de provisão e não o valor, isto é, que não é possível por esta via saber-se quanto vale para as pessoas uma requalificação ou degradação do estado de um determinado ecossistema.

A pergunta ainda sem resposta é como se contabiliza o valor de alterações no estado dos ecossistemas do lado da procura, isto é, com base nas variações do bem-estar humano? Medindo a disposição a pagar das pessoas por essas alterações, expressas em variações na quantidade ou na qualidade de um serviço ou cabaz de serviços de ecossistema, através de métodos que recuperam ou simulam a procura, não directamente observável, por estes serviços. O grande desafio para conseguir-se uma contabilização precisa e fiável do valor reside na especificação das alterações no estado dos ecossistemas (ou da biodiversidade). É, portanto, fundamental entender o funcionamento dos ecossistemas e saber como é que este determina a quantidade e qualidade dos serviços ecológicos, cujo valor económico pretendemos conhecer.

[1] Especialista em Economia do Ambiente; Professora auxiliar da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

A AGRICULTURA E A CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

Miguel Sottomayor [1]

Idalina Perestrelo

Idalina Perestrelo

Idalina Perestrelo

A agricultura e a produção florestal são actividades que ocupam cerca de 75% da superfície territorial de Portugal continental. Daí decorre que grande parte da conservação ambiental depende, para o bem e para o mal, das orientações produtivas destas actividades económicas. Isto pelo simples facto de "estarem lá", mobilizando os recursos naturais como seus factores de produção, entre os quais se destacam pela sua importância produtiva e para a conservação ambiental, o solo e a água. Além disso a paisagem é em grande parte moldada e dependente dessas actividades. Outro activo ambiental importante, a biodiversidade, depende também da ocupação do solo pela agricultura e floresta, mais uma vez para o bem e para o mal, pois essas actividades poderão ser, em alguns casos, a causa da destruição de habitats, ou, pelo contrário, o único garante da sua existência.

Mas a agricultura e a produção florestal são actividades que ainda não dispensam pessoas para que existam, talvez no futuro isso seja possível, mas para já não. Já é concerteza muito menos intensiva em trabalho do que foi, é certo, mas ainda são necessários agricultores para existir agricultura! Ora, vivemos numa economia de mercado, e a ninguém podemos obrigar a ser agricultor, por muito necessário que isso seja. Para existirem agricultores estes terão que perceber vantagens suficientes para decidirem por essa actividade, vantagens primeiramente de ordem económica, ou seja, condições que lhes permitam uma qualidade de vida digna.

Referiu-se já que a agricultura, assim como a produção florestal, pelo facto de "estar lá" influencia, para o bem ou para o mal, o Ambiente. Usando uma linguagem mais económica diz-se que tanto podem produzir externalidades ambientais (e outras) negativas como positivas. Exemplificando, a produção pecuária intensiva pode levar à degradação das águas residuais pela elevada concentração de efluentes que origina, enquanto que a produção pecuária extensiva, por exemplo a que faz uso dos montados, não só contribui para a diminuição do risco de incêndios como para uma maior biodiversidade.

Até hoje a agricultura tem sido mais associada à sua função de produzir alimentos. A esse respeito um aspecto a notar, importante, é a previsão de uma pressão crescente, ao nível global, para a produção de alimentos. Estima-se que factores como as dinâmicas populacionais e dos rendimentos levarão a um crescimento da produção vegetal e animal de cerca de 70% até 2050. Ora isto significa, num mundo cada vez mais globalizado, uma pressão cada vez maior para aumentos da produtividade na agricultura, ou seja pressão generalizada para a sua intensificação, ou seja, para uma maior produção de externalidades ambientais negativas e menor de externalidades ambientais positivas.

Portugal, assim como a Europa em geral, apresenta uma especificidade de certo modo única relativamente às características da sua ocupação do solo. Cerca de 77% da sua paisagem é humanizada, dependendo a sua conservação da manutenção das actividades humanas que a moldaram. Se a essa área de paisagem humanizada acrescentarmos a ocupação agrícola inserida em áreas naturais, então a área de paisagem humanizada cresce até os 91%. Tudo isto leva a concluir que a conservação do ambiente no nosso país é altamente dependente do que fazem, ou deixam de fazer, os nossos agricultores e produtores florestais. Ora esta responsabilidade reconhecida na agricultura, sobretudo a possibilidade de impactos (externalidades) negativos no ambiente, levou à imposição de normas rígidas, ao nível de toda a União Europeia, relativamente à aceitabilidade das práticas agrícolas. Esse conjunto de normas impostas aos agricultores, genericamente designadas como eco-condicionalidade, implica, em caso de incumprimento, a não ilegibilidade para subsídios no âmbito da Política Agrícola Comum, subsídios esses que são, na grande maioria dos casos condição necessária para a sua manutenção em actividade. Importa aqui lembrar que essa eco-condicionalidade significa em muitos casos um forte acréscimo de custos de produção, e a correspondente perda de competitividade, face a concorrentes de países terceiros no fornecimento de produtos alimentares, para os quais não existem no mesmo grau as restrições às praticas agrícolas visando impedir externalidades negativas da agricultura.

Outro lado do problema é o facto, já mencionado, de muitos bens públicos ambientais altamente valorizados pela sociedade portuguesa, tais como as paisagens típicas, a biodiversidade, a manutenção da fertilidade dos solos pelo controlo da erosão, a não ocorrência de incêndios, a contribuição privilegiada para a fixação do carbono e atenuação do efeito de estufa, só serem garantidos se existirem agricultura e agricultores, embora sem estes serem actualmente, por isso, proporcionalmente compensados.

Da exposição anterior ressaltam quatro pontos fundamentais. Em primeiro lugar é incontornável ter que se falar de agricultura e de produção florestal ao falar da conservação do ambiente em Portugal. Isto porque a agricultura e as florestas "estão lá", e porque podem originar impactos negativos no ambiente, ou, pelo contrário produzir bens públicos ambientais, conforme a sua orientação produtiva. Outro ponto importante é o facto de, via a referida eco-condicionalidade e de outras desvantagens naturais, a agricultura em Portugal ser, em muitos casos, não competitiva relativamente ao abastecimento de produtos alimentares por países terceiros. Perante isto, ou se opta por uma perspectiva liberal, deixando cair a nossa agricultura (e o nosso ambiente), abrindo o mercado totalmente ao abastecimento externo, com impacto ambiental nos países de origem desses abastecimentos sem as garantia da eco-condicionalidade, embora garantindo preços alimentares mais baixos (mas nem sempre produtos mais seguros), ou escolhemos apoiar, os nossos agricultores através de políticas, na condição de as suas práticas serem amigas do ambiente, de contribuírem para a manutenção das paisagens que gostamos e usufruímos, assim com para a vitalidade económica (impedimento das desertificação humana) de muitas regiões rurais que gostamos de visitar tal como elas são hoje ainda!

[1] Doutor em Economia Agrária,
Professor Auxiliar da Faculdade de Economia
e Gestão da Universidade Católica, Investigador da Unidade
de Investigação Centro de Estudos de Economia
e Gestão da mesma Faculdade.

CONTRA DITÓRIO

Nuno Sequeira

Quando a Quercus ajudou os Andorinhões de Elvas a vencer o Exército...
...Ou como seria se o Ministério da Defesa não respeitasse "escrupulosamente as determinações, quer oriundas da área ambiental, quer oriundas da área cultural"?!

"Essa obra tem um único objectivo, que é salvaguardar a segurança humana, e gostaria de manifestar publicamente o meu apoio ao comportamento do Exército nesta questão, porque tem sido absolutamente exemplar na forma como tem respeitado escrupulosamente as determinações, quer oriundas da área ambiental, quer oriundas da área cultural"- 20/7/2010, Augusto Santos Silva, Ministro da Defesa, em declarações à Lusa

Verão de 2010, Elvas - O Ministério da Defesa, com o apoio do Ministério do Ambiente e da Câmara Municipal de Elvas, esteve a um passo de destruir uma estrutura onde nidifica umas das maiores colónias de Andorinhão-preto do sul do país e levar à morte cerca de quinhentas crias desta espécie.

No final de Maio a Quercus tomou conhecimento que uma obra avançava nas muralhas da antiga Igreja de S. Paulo, em Elvas, onde nidificam cerca de 300 casais de Andorinhão-preto (Apus apus). Mesmo após ter sido alertado para a presença da colónia de aves, protegida por lei, o empreiteiro decidiu iniciar a demolição da parede, destruindo já na altura dezenas de ninhos, tendo a Quercus sido então forçada a denunciar o ocorrido ao Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB) e ao Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente da GNR (SEPNA).

Na sequência da denúncia, veio a verificar-se que o dono da obra (Exército Português – Ministério da Defesa) levava efectivamente a cabo uma intervenção ilegal, na medida em que não possuía a necessária licença para a remoção/destruição dos ninhos, conforme a legislação determina. Só após este incidente, o Ministério da Defesa solicitou a referida licença de remoção de ninhos ao ICNB, argumentando com uma das poucas excepções que a legislação permite – "razões de segurança pública". Posteriormente, e num processo atabalhoado e mais político do que técnico, o ICNB acabou por conceder a licença de remoção de ninhos, acordando com o Ministério da Defesa que as crias retiradas do local seriam transportadas para Centros de Recuperação.

Porém, esta medida, apesar de poder fazer transparecer perante a opinião pública que os danos causados seriam minimizados, não passava de uma ilusão dado que a ser implementada estaria condenada ao fracasso, devido a ser incorrecta do ponto de vista técnico e desajustada do ponto de vista da situação existente. Para além do fraco acesso que existia aos ninhos no local (apenas 1 em cada 10 estava acessível), a taxa de sobrevivência das crias desta espécie é muito baixa em cativeiro, pelo que apenas, e na melhor das hipóteses, entre 2 a 3% das crias totais sobreviveriam ao processo de remoção/demolição e as restantes crias (entre 400 e 500) morreriam fruto do mesmo.

Lamentável foi que apesar de todos os alertas da Quercus, da mobilização que se gerou na sociedade e do destaque na comunicação social, assim como das tentativas de propor às entidades envolvidas alternativas e medidas simples que garantissem a tranquilidade no local e não pusessem em risco a segurança pública, garantindo o final da época de reprodução das aves, as entidades responsáveis não se mostrassem disponíveis para estudar outras opções que não passassem pela demolição imediata dos locais de nidificação.

Assim, no início de Julho, e perante a iminência de se iniciar a remoção de ninhos e a demolição da estrutura a qualquer momento, o que a acontecer traria danos graves e irreparáveis, a Quercus apresentou três providências cautelares no Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco, tendo em vista suspender o processo. Ao tomar conhecimento destas acções judiciais, o ICNB e o Ministério da Defesa, decidiram numa primeira fase por precaução, e numa segunda por imperativo legal, suspender a remoção dos ninhos e por consequência a destruição do edifício, situação que se mantém até hoje. O bom senso e a legalidade acabaram assim por prevalecer no final deste processo, embora claro, de forma algo forçada e sem a responsabilidade e a consciência ambiental que seriam adequados num país que se diz respeitador dos seus valores naturais, ainda para mais em pleno Ano Internacional da Biodiversidade.

A suspensão da obra possibilitou pois que, conforme era o objectivo inicial da Quercus e de muitos cidadãos, a totalidade das aves tenha conseguido terminar o seu ciclo de nidificação e abandonado o local em segurança, rumo à sua migração anual a África. Por outro lado, o IGESPAR veio também posteriormente a ordenar a suspensão da obra de demolição, devido ao facto do edifício se encontrar em vias de classificação e a obra mantêm-se parada até aos dias de hoje.

Quercus Portalegre

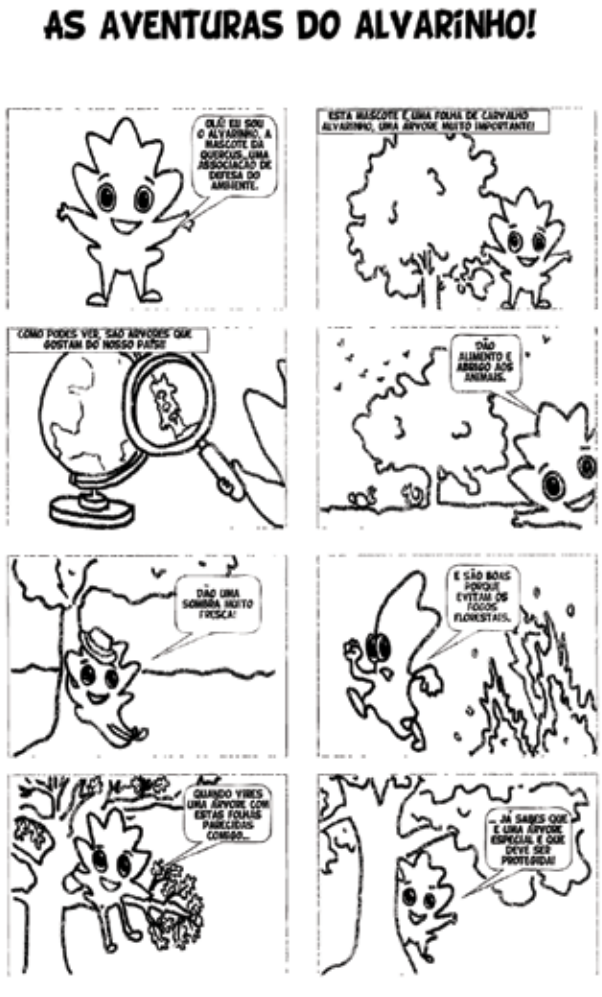
Quercus Portalegre

Quercus Portalegre

Quercus Portalegre

CARTOON

Brunna Rocha / Humberto Rodrigues / Leticia Santos / Ricardo Marques / Rute João



VEÍCULOS ELÉCTRICOS
- MEIO CAMINHO PARA A SOLUÇÃO

MICROSCÓPIO

Mafalda Sousa
Grupo de Energia e Alterações Climáticas

DR

DR

Idalina Perestrelo

A crescente dependência energética dos combustíveis fósseis e os impactos ambientais associados à sua utilização nos veículos automóveis, bem como os planos futuros de investimento da indústria europeia automóvel, levaram o Governo Português a anunciar um programa que tem por objectivo colocar Portugal no pelotão da frente na utilização de veículos eléctricos. Este programa visa, por exemplo, a construção de uma rede de carregamento de veículos eléctricos de âmbito nacional (a primeira da Europa) e um ambicioso pacote de incentivos para a aquisição destes veículos, incluído no Orçamento de Estado para 2010.

Os veículos eléctricos diferem dos veículos movidos a gasolina e gasóleo, pelo facto de utilizarem um motor eléctrico em vez de um motor de combustão interna alimentado a combustíveis fósseis (no caso dos híbridos podem coexistir). No mercado automóvel, é hoje possível encontrar desde veículos eléctricos com duas rodas a veículos pesados, passando por utilitários, automóveis de passageiros, veículos comerciais, autocarros de passageiros e veículos variados de utilização específica. Os veículos com propulsão eléctrica podem funcionar de três modos diferentes: alimentado a baterias, híbridos e movidos a pilha de combustível.

Os veículos eléctricos estão especialmente adaptados para as deslocações urbanas, pela autonomia destes veículos ser mais baixa que os motores a gasolina e gasóleo, e pelo facto de serem mais competitivos nesse tipo de deslocação, já que os motores de combustão são particularmente ineficientes em viagens curtas e sujeitas a paragens frequentes e congestionamentos. Os veículos eléctricos permitem ainda uma condução mais suave, não possuem caixa de mudanças e o sistema de embraiagem é inexistente. Além disso, são menos dispendiosos em termos de combustível e de manutenção do que os veículos convencionais, porém o preço de compra é normalmente superior.

Os motores eléctricos consomem menos energia por quilómetro percorrido, com uma redução de custos acima de vinte por cento quando comparados com os motores a gasolina e gasóleo. Outra vantagem dos veículos eléctricos é que a energia eléctrica que eles utilizam pode ser produzida de várias formas, algumas delas com grande impacto ambiental (ex. centrais a carvão), mas outras mais "limpas" (ex. turbinas eólicas). Outras vantagens ambientais dos veículos eléctricos são a redução da poluição do ar e dos níveis de ruído nas cidades.

Apesar das vantagens ambientais, os veículos eléctricos podem ter um efeito perverso na sustentabilidade da mobilidade urbana, no ambiente e na economia, uma vez que os custos de energia mais baixos podem incentivar a uma maior utilização do automóvel, que poderá levar no limite a maiores emissões de gases com efeito de estufa. Mas este não é o único problema.

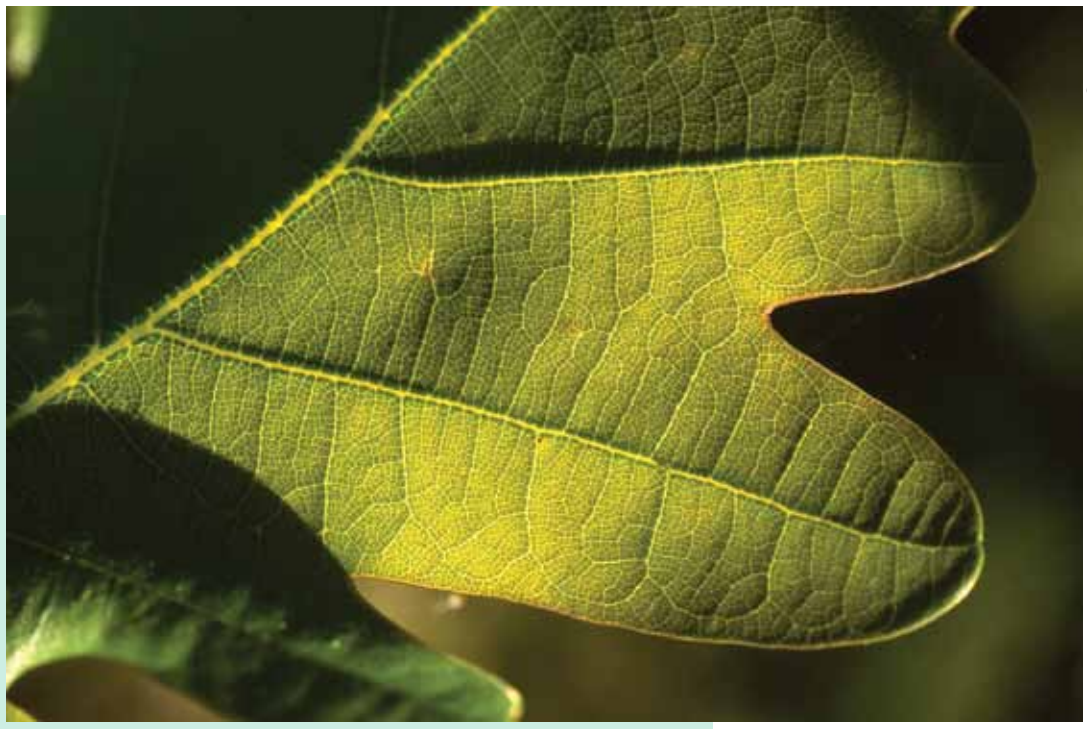
De acordo com um relatório preparado para as associações ambientalistas "Amigos da Terra - Europa", "Greenpeace" e "T&E, Federação Europeia dos Transportes e Ambiente", da qual a Quercus faz parte, a legislação europeia que regula as emissões dos veículos automóveis apresenta graves lacunas, ao autorizar os construtores automóveis a compensar a venda de veículos eléctricos com a venda de veículos mais poluentes que escapam aos limites de emissão definidos na legislação. Por cada carro eléctrico vendido, os construtores automóveis beneficiam de 3,5 "super-créditos", ou seja a permissão de venda de 3,5 carros altamente poluentes, sem afectar o cumprimento da meta da frota desse construtor (usadas para efeito de cumprimento dos limites de emissão). O resultado desta regra é que a venda de 10% de veículos eléctricos pode levar a um aumento de 20% no consumo de combustível e emissões de carbono no sector automóvel.

Apesar disso, os veículos eléctricos podem fazer parte da mudança para um sistema de transportes mais sustentável, desde que haja um compromisso que assegure que são abastecidos com electricidade renovável. Os ambientalistas esperam que todos os veículos eléctricos vendidos no mercado europeu possam ser dotados de uma tecnologia de abastecimento inteligente que permita que a energia usada para carregar as baterias seja sobretudo proveniente de fontes renováveis – como a eólica e a solar.

A Quercus vê nos veículos eléctricos um enorme potencial para reduzir a poluição do ar e as emissões de gases com efeito de estufa, mas há a necessidade de assegurar que a energia dos veículos eléctricos seja verdadeiramente limpa. Portugal tem feito um esforço significativo na produção de electricidade de origem renovável, mas não tem sido transparente na comunicação pública do seu peso relativo, exagerando nas contas. Mais ainda, a Quercus compreende o estímulo do Governo Português e a aposta nos veículos eléctricos, mas considera exagerada a verba de 36,5 milhões de euros de apoio previsto no Orçamento do Estado para a aquisição de cinco mil veículos eléctricos, a que se deve acrescentar a receita perdida em Imposto sobre Veículos e Imposto Único de Circulação. São 5000 euros de incentivo, mais 1500 euros se for entregue um veículo para abate e ainda 803 euros na rubrica relativa à aquisição de equipamentos de energias renováveis.

PROJECTO EM DESTAQUE ECOSALDO

Paulo Magalhães
Coordenador dos Projectos "Condomínio da Terra" e "Ecosaldo"


Paulo Magalhães

As contas do Condomínio da Terra

Apesar da intensificação das pressões e dos riscos globais no ambiente, há uma expectativa crescente de se conseguir desenhar e implementar novas abordagens capazes de potenciar as sinergias entre a actividade económica e a conservação da natureza, e de se corporizar assim um paradigma emergente de competitividade sustentável. Isto porque é hoje evidente para os líderes mundiais que os ecossistemas, são activos de capital natural que fornecem serviços fundamentais não só para o suporte da vida no planeta, mas igualmente para o crescimento económico, enquanto suporte imprescindível das actividades económicas. O desafio reside em transformar o reconhecimento da importância dos serviços dos ecossistemas, em processos e em capacidade técnica das instituições que sejam capazes de estabelecer um sistema que remunere o esforço de gestão e restauro de ecossistemas. Para isso é necessário organizar as métricas de mensuração dos serviços, conjugar mecanismos de verificação com os custos de transacção, por outras palavras, organizar a oferta e a forma de transacção. Surge neste contexto um movimento crescente, alastrando-se aos mais variados níveis e áreas do conhecimento, que percebeu que o caminho da sustentabilidade passa necessariamente pela remuneração de funções estruturantes que hoje não tem valor de mercado e, que são usualmente designadas por "serviços ambientais".

Da equação impossível à valorização dos serviços ecológicos de interesse comum

De modo discreto mas ininterrupto, os ecossistemas prestam os serviços que sustentam a vida do planeta e que constituem um suporte vital para a própria humanidade. A humanidade sempre dependeu dos serviços prestados pela Biosfera, tendo construído a civilização com base no pressuposto de que estes seriam infinitos, isto é, de que existiria sempre mais capital natural do que capital humano construído. Na abundância, as várias funções de suporte e regulação prestadas pelos serviços ambientais funcionavam naturalmente sem que as sociedades humanas se pudessem aperceber da sua importância ou até mesmo da sua existência. Hoje esse pressuposto está profundamente alterado. A modificação dos equilíbrios do sistema natural terrestre resultante das actividades humanas, foi-nos revelada através dos efeitos provocados pela escassez destes serviços realizados pelos ecossistemas. Seguindo as leis da própria economia, foi necessário que a escassez começasse gerar os seus efeitos e a provocar os consequentes prejuízos, para que a nossa sociedade se apercebesse do valor vital dos ecossistemas. No entanto, porque até há pouco tempo, ou eram considerados como infinitos ou eram mesmo desconhecidos, o seu contributo foi sempre omitido em avaliações financeiras. O facto de serem serviços de suporte e regulação, coloca-os num plano superior às actividades tradicionais das sociedades humanas, como algo que historicamente nos era inatingível, e que por ser vital, teria sempre um valor tendencialmente infinito e imensurável.

Não restam dúvidas quanto à imensurabilidade do que é vital. A questão que fica por resolver é a de sabermos se, pelo facto de serem difusos e de difícil quantificação, estes serviços estarão condenados, mesmo na escassez, a não valerem nada no nosso sistema de valoração de serviços e bens, arrastando com esta impossibilidade a perpetuação de uma economia predadora de recursos naturais e inviabilizando a criação de um sistema de reposição e manutenção destes serviços vitais. Uma coisa é já certa e mensurável: a ausência do regular funcionamento destes serviços ambientais representa já na economia actual um valor económico, nem que seja apenas pela contabilização dos prejuízos decorrentes da inexistência das funções regulatórias destes serviços, ou noutros casos, pela contabilização dos custos associados à produção desses serviços pelo homem, quando isso é possível. Estes prejuízos que ocorrem cada vez mais, são sérios indicadores do "valor da natureza" e que nos obrigam a questionar o nosso sistema da "natureza do valor". Como afirma Pavan Sukhdev "só ao reconhecer estes outros "capitais" e tentarmos ampliá-los e protege-los, abrimos caminho em direcção à sustentabilidade".

Paulo Magalhães

Paulo Magalhães

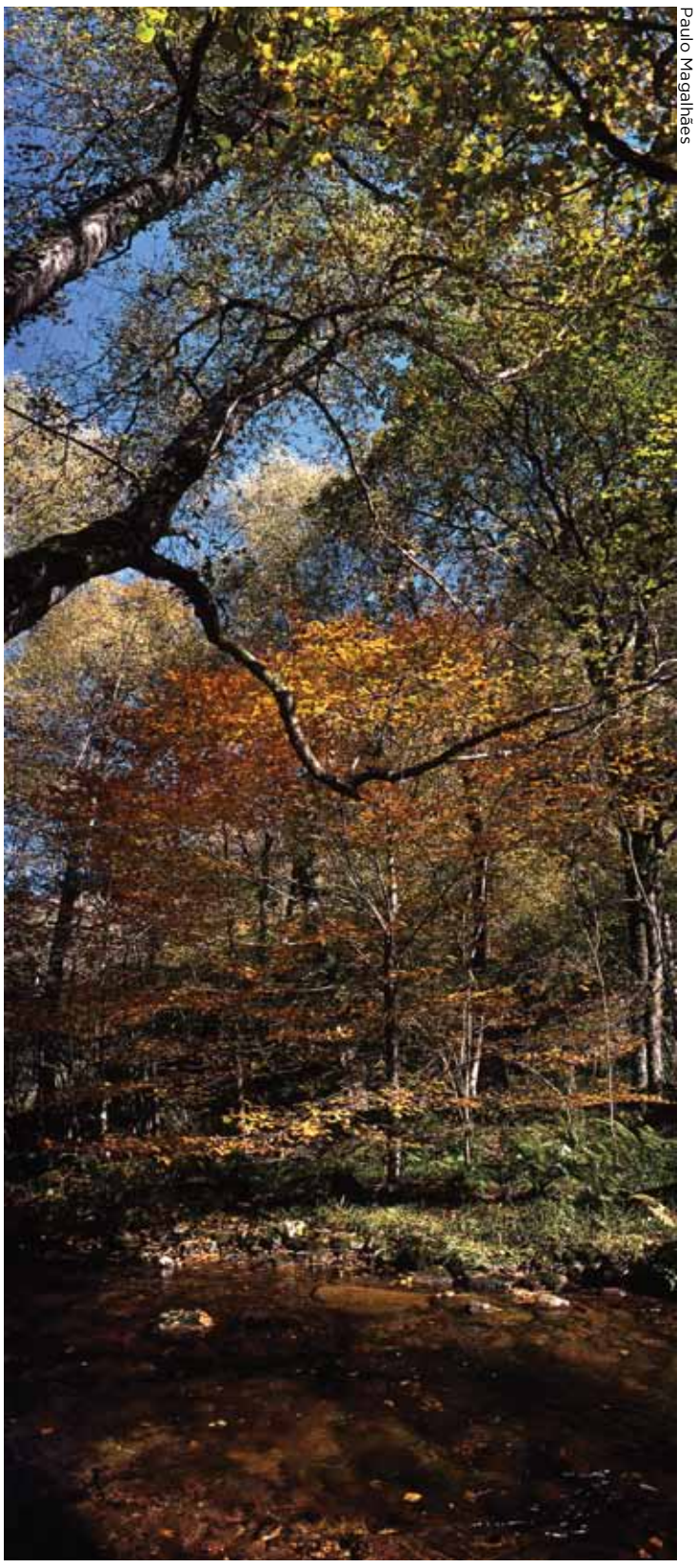
Esta disfunção económica estará mesmo na base da crise ambiental. Isto é, enquanto a nossa economia só atribuir valor à natureza depois de a destruir ou transformar e, não valorizar os serviços vitais que ela presta, está condenada à perpetuação da concorrência predadora e à insustentabilidade. O próprio desenvolvimento das actividades humanas requer cada vez mais um adequado funcionamento dos ecossistemas e, paradoxalmente, quanto mais se desenvolvem as tradicionais actividades humanas, mais se destroem os ecossistemas que regulam os ciclos naturais.

A importância de contabilizar o positivo

Pretender reduzir as emissões de CO_2 e estancar a destruição da biodiversidade, mantendo os mesmos objectivos económicos, é em si mesmo um paradoxo. Poderemos estabelecer todos os compromissos de reduções dos gases de efeito estufa, ou definir objectivos ambiciosos de preservação da biodiversidade, mas perante uma crise económica, deflação ou desemprego, a reacção será sempre a de investir em mais do mesmo, porque investir em recuperação de ecossistemas ou em tecnologias mais limpas, é ainda um investimento que não tem reflexos no nosso produto interno bruto (PIB). Estamos mesmo perante aquilo a que poderemos chamar de "equação impossível". Sem esta mudança de base da noção de valor, continuaremos a investir em bens e serviços cuja utilidade é relativa, e que nunca é comparável com a utilidade vital dos serviços ambientais de que nós e as gerações futuras dependem, e que terá como consequência a inexistência do verdadeiro peso da questão ambiental a ter em conta nas decisões políticas. A construção de um processo de valoração dos serviços ambientais, significa a alteração de paradigma de uma sociedade predadora de recursos ambientais, para uma outra em que, paralelamente às actividades económicas tradicionais, existe uma actividade económica de reposição e manutenção de recursos naturais. Por outro lado, numa perspectiva de desenvolvimento territorial, a valorização de serviços ambientais, poderá constituir a base de mudança do paradigma que opôs o mundo rural e o urbano, conferindo-lhe um verdadeiro sentido estratégico e operacional.

Na avaliação para Portugal do Millenninium Ecosystem Assessement, afirma-se que "A situação do aumento dos incultos poderá ser revertida se houver um processo de reconversão no sentido de sistemas de agro-produção ambiental socialmente sustentáveis, isto é, em que a sociedade remunera funções estruturantes que não tem valor de mercado". O êxodo agrícola e rural pode chegar a um extremo, na ausência de políticas activas, que pode originar uma tal degradação do capital social

que impeça a mobilização do capital natural para fins produtivos, ou mesmo para fins conservacionistas e de manutenção de ecossistemas. Estamos portanto perante uma situação, em que a sociedade cada vez mais vai necessitar da prestação de serviços ecológicos, e por outro lado, os locais onde esses serviços ecológicos são prestados, estão cada vez mais degradados e cada vez menos capazes de fornecer coesão económica e social, porque na essência, os serviços mais importantes que esta regiões prestam, não são valorizados.


Paulo Magalhães

O Projecto ECOSALDO

A descoberta da existência de uma interacção global no sistema natural do planeta, e das suas características cumulativas e de circulação global, revelou relações que nos eram desconhecidas. Estas relações manifestam-se através de externalidades negativas ou positivas que se exercem sobre bens de uso comum. Os economistas fazem uma distinção entre bens públicos puros (não exclusão e não rivalidade, o caso da atmosfera) e os bens comuns (de livre acesso, mas com rivalidade, "common pool resources", os casos dos pesqueiros e da biodiversidade). Com a crise ambiental, e a consequente escassez de regulação e manutenção destes bens de uso comum, passou a existir rivalidade entre diferentes usos sobre bens que eram considerados bens públicos puros (clima estável; emissão de gases; ar de qualidade para respirar) o que gerou a necessidade de intervir na sua gestão. Para esta gestão ser possível é necessário encontrar formas de contabilizar os inputs positivos e negativos que cada um produz sobre estes bens de livre acesso. É preciso então delimitar quais são estes créditos e débitos que se operam sobre estes bens comuns, uma vez que existem alguns benefícios ambientais que são susceptíveis de serem capturados no local onde foram produzidos. Se, por um lado, a contabilidade das externalidades negativas está de alguma forma estabilizada através do conceito de pegada ecológica, a contabilidade das externalidades positivas requer aprofundamento teórico e prático de forma a viabilizar a sua implementação.

Diferenciar os serviços ecológicos (protecção do solo, fluxos da água, de nutrientes, fixação de carbono, etc.) produzidos por uma região ou num ecossistema, de acordo com as diferentes escalas em que são apropriados (local, nacional, internacional), com vista à identificação dos mecanismos de valorização e modelos de governança que potenciem a captura do valor por parte dos territórios onde são produzidos, é a principal inovação do projecto EcoSaldo. Para isso, quanto ao impacto positivo dos ecossistemas, teremos de distinguir:

• Serviços essencialmente locais – Serviços ambientais que serão capturados, na sua grande maioria na região onde estão localizados os ecossistemas, onde beneficiam de forma directa a própria região e o país onde o serviço é produzido.

• Serviços essencialmente globais – Serviços ambientais que são de todo impossíveis de capturar localmente. São os serviços que, essencialmente afectam de forma positiva os ciclos bioquímicos globais e que, na óptica procura, são apropriados em locais distantes do local onde foram produzidos. Para todos os efeitos, estes são os serviços que são exportados para o sistema comum, e que serão geradores de um crédito a favor da região onde foram realizados, relativamente ao sistema comum. Embora o acto de exportar seja involuntário, também a importação é realizada através do usufruto de um benefício prestado por aquele serviço. Neste sentido este usufruto é involuntário e irrenunciável, e a ausência desse serviço, provoca prejuízos em todo o sistema.

Um Projecto Inovador

Nestes termos, o projecto EcoSaldo propõe-se desenvolver a valorização dos "serviços ambientais", numa perspectiva de desenvolvimento territorial e de recuperação dos ecossistemas, em seis concelhos de Portugal, com o objectivo de:

a) operacionalizar a contabilidade do valor dos bens e serviços ambientais aí produzidos nesses concelhos (externalidades positivas),

b) em confrontar os resultados obtidos, com a pegada dos concelhos estudados (externalidades negativas),

c) e, assim, obter um valor que corresponderá ao Saldo Ambiental: o EcoSaldo.

Esta iniciativa tem igualmente como objectivo a criação de uma rede regional, que colocará em interacção vários parceiros – quatro Universidades (que fornecerão meios técnicos e conhecimentos), seis autarquias (que disponibilizarão meios e informações para a obtenção de resultados e procurarão modelos operacionais que conduzam a um saldo ambiental favorável), uma Associação e uma empresa na área florestal, uma Associação de Apicultores, duas áreas protegidas e uma escola artística e profissional, constituirão um grupo de trabalho – que durante dois anos e através de experiências partilhadas discutidas e aferidas (no seio deste grupo de trabalho, mas também sob a forma de divulgação e discussão para o exterior – sociedade civil, ou comunidade organizada) construirão uma fórmula de valorização e contabilização dos chamados serviços ambientais, no sentido de encontrar e disponibilizar formas rigorosas e aferidas de contabilização dos impactos ambientais negativos e dos impactos positivos causados pelos serviços ambientais.

Contabilidade das Relações de Vizinhança

Ao aceitarmos a existência de verdadeiras relações de vizinhança global, isto é, ao aceitarmos que estamos inseridos num conjunto em que todos podemos influenciar e ser influenciados pelo resto do conjunto, isso implica uma consequente análise da contabilidade dessas mesmas relações. Só criando essa nova contabilidade das relações de vizinhança, poderão estar criadas as condições de base que poderão potenciar uma "Concorrência positiva" sobre as partes que todos usam e que ninguém cuida. Conciliando esta nova forma de contabilizar a riqueza de cada país, com o conceito de jurídico de parte comum e um acerto de contas globais com as diferentes contribuições de cada um para o comum, podemos encontrar um ponto de equilíbrio, em que todos obterão um resultado positivo, uma vez que os ganhos ambientais serão sempre partilhados.

A maioria dos serviços ambientais prestados pelos ecossistemas e pela biodiversidade são considerados pela economia como bens ou serviços públicos aos quais os mercados não atribuem nenhum valor económico. No entanto, prestar serviços ambientais representa um benefício económico que é sempre insusceptível de ser apropriado por quem o produziu, uma vez que de forma quase instantânea os benefícios são partilhados no sistema global. Este fenómeno da impossibilidade da apropriação destes bens ou serviços, está na origem de conceitos como os "interesses difusos" para o direito, ou como "bens públicos" para a economia. O problema comum para estas ciências é a procura de enquadrar e definir esta realidade "difusa". A operacionalização de um sistema de valorização dos serviços ambientais, depende pois desta capacidade de se encontrar um modelo que consiga repercutir a realidade factual de um sistema natural global de influências.

É pois necessária, a construção de um mercado que dê resposta às características únicas deste "mercado dos comuns". Neste "mercado", ocorrem uma série de transferências de benefícios e dos efeitos nocivos, que para serem transaccionados, não de necessitam de proposta negocial e da correspondente aceitação. São transferências que ocorrem naturalmente, sem que seja necessário um acto humano para que ocorram, uma vez que a sua mera existência implica a sua entrada neste mercado global. Poderemos mesmo afirmar que se trata de um mercado involuntário, em que todos estamos envolvidos e ninguém se pode excluir dele, em que as transferências ocorrem à margem das nossas vontades, não estando nenhum dos intervenientes em condições de capturar apenas para si os benefícios que fornece, nem de rejeitar os efeitos nocivos realizados por outros. Parece-nos que a única forma de encarar conceptualmente esta realidade é considerar estes bens como comuns, e os serviços que beneficiam estes bens, como de "interesse comum".

O EcoSaldo é pois um laboratório experimental e conceptual da contabilidade deste imenso "Condomínio da Terra" e, de clarificar as contas destas relações de vizinhança global. Pretende-se implementar técnicas de valoração a um território, delimitado e real, que nos irá conduzir a problemas concretos que constituirão as bases do trabalho teórico de consolidação de conceitos essenciais para tornar operacionais, num contexto global, os muitos trabalhos já realizados localmente.

«QUERCUS» lança advertência

ÓLEO A BORDO DO «REIJIN» POTENCIA INCÊNDIO DEVASTADOR

Jornal de Notícias
26.10.1988

Um pequeno foco de incêndio levou à praia da Madalena um importante aparato de carros de bombeiros

PROTESTOS SOBEM A BORDO

ECOLOGISTAS OCUPAM «REIJIN» NO MEIO DE INCÊNDIO

A Capital
22.10.1988

Ecologistas da Quercus impedem plantação de eucaliptos

Diário de Lisboa
12.01.1989

Ecologistas contra árvores exóticas pedem retorno de espécies autóctones

• Quercus compara actual florestação a bidões de gasolina

A mancha florestada ocupa 35 por cento do território nacional e assegura um total de 100 mil postos de trabalho. Para o Quercus, pela exploração correcta das suas potencialidades passa a desenvolvimento do interior do País

Diário de Notícias
25.03.1988

QUERCUS tenta salvar a serra da Aboboreira

Cavaco e Soares recebem hoje amostras dos carvalhos

«Última esperança» expedida por correio no Porto

Vinte e cinco amostras rumo a Lisboa

O Primeiro de Janeiro
19.01.1989

RECORTES

Francisco Ferreira

A Quercus na Comunicação Social

Num mundo mediático como o nosso, a influência, a pressão, o alerta, tem de passar obrigatoriamente por informar e mobilizar a sociedade através da comunicação social. Raro é o dia em que uma notícia mencionando a Quercus, não aparece na televisão, numa rádio ou num jornal.

A credibilização da Quercus como organização cujas denúncias são justificadas e credíveis e até mesmo como fonte de notícias na área do ambiente, resultou de um longo processo onde diversos membros têm participado. Tratou-se de toda uma aprendizagem baseada acima de tudo no rigor, na honestidade no contacto com os jornalistas, deixando a cada um, sem pressão, a avaliação dos factos e a decisão sobre a publicação ou não das denúncias. O contacto directo com os jornalistas foi sempre um elemento chave, nunca tendo a associação recorrido a um assessor de imprensa. Mais ainda, é de acordo com a área de especialidade ou a região que o interlocutor da Quercus intervém junto da comunicação social, diversificando-se formas de intervir, de comunicar, umas mais irreverentes, outras mais tradicionais, mas sempre com uma enorme disponibilidade e caras diferentes.

Alguns momentos tiveram grande visibilidade: em Outubro de 1998, elementos da Quercus ocupam o navio "Reijin", encalhado junto à praia da Madalena, em protesto contra o afundamento previsto para a sua carga de automóveis. 1994 foi o ano da Presidência Aberta sobre Ambiente de Mário Soares que teve uma enorme cobertura mediática. Nesse mesmo ano, a "operação Egas Moniz" e o "ataque" com invólucros de cartuchos à DGF e à Secretaria de Estado da Agricultura, foram acções com impacte que levariam mais tarde ao estabelecimento do "direito à não caça".

Ao longo dos anos 90, entre outras acções mais espectaculares cabe referir também a tentativa de bloqueio do esgoto das celuloses na praia da Leirosa em 21 de Março de 92 em protesto contra a poluição, a oposição à opção tomada relativamente à construção da nova ponte sobre o Tejo, o acompanhamento e as inúmeras tomadas de posição em relação à qualidade da água para consumo humano e à qualidade das águas balneares, as posições face ao Sistema Integrado de Tratamento de Resíduos Tóxicos e Perigosos, a denúncia dos projectos de incineração de resíduos sólidos urbanos da Figueira da Foz, da LIPOR na área do Porto e da VALORSUL na área de Lisboa ou ainda a contestação à excessiva urbanização da península de Tróia. Estas últimas campanhas contaram com a realização de algumas acções públicas como a que ocorreu em 1994 na ponte de D. Luís onde alguns activistas da associação desfraldaram uma tarja alusiva à incineração de resíduos urbanos ou o "desembarque" e manifestação em Tróia que teve lugar em 1997 em protesto contra a destruição do litoral.

Realizaram-se também acções publicas conjuntas com a Greenpeace na área dos resíduos (retirada de resíduos da Metalimex do aterro de Setúbal em 94), na área dos organismos geneticamente modificados (tentativa de impedir a atracagem de navio com milho transgénico em 1997) ou na protecção das florestas tropicais (tentativa de impedir o desembarque de madeira tropical em Leixões no ano 2000 e o bloqueio à entrada da fábrica VICAIMA em Vale de Cambra já no ano 2005). Mais recentemente, acções sobre o litoral alentejano, os resíduos das suiniculturas, as alterações climáticas, marcaram também alertas com grande visibilidade pela originalidade com que se efectuou cada uma das acções.

A Quercus tem sido alvo de vários estudos académicos, e surpreendemos outras associações congéneres pela capacidade de mobilização mediática que temos conseguido. Entre esses estudos, uma tese de mestrado, também editada em livro, intitulada "A Quercus nas Notícias - Consolidação de uma fonte não oficial nas notícias de Ambiente" do Gonçalo Pereira Rosa, actual director da revista National Geographic -versão portuguesa, apresenta algumas das razões da credibilidade da associação junto da comunicação social.

Actualmente, a Quercus utiliza um conjunto de meios que são fundamentais como forma de educação e formação ambiental e também de informação para o público em geral e para a comunicação social. A página internet principal (www.quercus.pt) e outras específicas têm informação actualizada, facilidades de pesquisa e também um conjunto de outras ligações de projectos e parceiros que enriquecem a consulta efectuada. Num mundo onde o vídeo possibilita uma melhor compreensão da mensagem e a consulta é fácil via internet, a página www.quercustv.org possibilita consultar as intervenções televisivas da Quercus, rever programas como o "Minuto Verde", ou ainda vídeos seleccionados sobre temas ambientais.

Num mundo onde as redes sociais são uma nova possibilidade de mobilização e de troca de opiniões, a Quercus está presente no Facebook (com milhares de fãs) e no Twitter (com centenas de seguidores).

As parcerias com a RTP ("Minuto Verde", "1 Minuto pela Terra", "Amigos do Ambiente"), com o jornal "Metro" (uma crónica semanal), bem como o projecto que decorreu até há pouco tempo em parceria com a Vodafone (o "SMS Ambiente"), complementam, através dos conselhos prestados, uma acção mais reivindicativa da Quercus, e traduzem uma missão fundamental da associação – sensibilizar os portugueses para as temáticas ambientais e agir em prol de uma sociedade com mais qualidade de vida e um melhor ambiente.

NÚCLEO DO LITORAL ALENTEJANO

Anabela Rodrigues
Núcleo Regional do Litoral Alentejano

Um pouco de história do NRLA

1. Do "Grupo Lontra"

Em 1989 sentam-se a uma mesa improvisada um grupo de cidadãos que tinha como principal preocupação contribuir para a defesa do ambiente e para a conservação da natureza do Litoral Alentejano;

Em 29 de Novembro/90 é formalmente fundado o "Grupo Lontra", ONGA de defesa do ambiente (com carácter local).
Como objectivos imediatos definiram-se:
- resistir contra a ideia de uma central incineradora de resíduos tóxicos em Sines que viria agravar significativamente a qualidade de vida de uma zona que já suporta os problemas de poluição de uma grande plataforma industrial.
- lutar pela classificação das Lagoa de Santo André e da Sancha e respectivas áreas envolventes como Reserva Natural, face às suas característica especiais para a avifauna;

Em 1992 face à pressão exercida sobre os órgãos da Administração Central formula-se acordo com o Instituto da Conservação da Natureza e promove-se a reconstrução das ruínas do chamado Moinho Novo da Galiza onde se instala, simultaneamente, a sede social do Grupo Lontra e um centro de acolhimento de animais selvagens. A autarquia de Santiago do Cacem e a Junta de Freguesia de Santo André têm papel determinante.

As acções do "Grupo Lontra" despertam, naturalmente, os olhares de outras organizações ambientalistas a nível nacional e, nomeadamente, da QUERCUS.

Em princípios de 1994, surgem algumas discordâncias com a QUERCUS no que respeita à passagem do oleoduto pela zona inundável da Lagoa de Santo André. Discordâncias que se baseavam numa visão mais centrista de uma ONGA Nacional – a Quercus, contra a visão de quem estava no terreno.

Daqui se conclui que uma integração do Grupo Lontra, numa organização Nacional como a QUERCUS, que defendia os mesmos princípios, traria uma força maior por se encontrar mais próxima do poder de decisão.

No início de 1996 iniciam-se negociações com a QUERCUS

Em meados de 1996 reúne-se a Assembleia-Geral do "Grupo Lontra" que admite a sua integração na QUERCUS (em determinadas condições) e a temporária extinção do "Grupo Lontra".

2. Do Núcleo Regional do Litoral Alentejano da QUERCUS

Em 1 de Junho de 1996 é formulada proposta à QUERCUS pelo "Grupo Lontra", no sentido de se concluírem as negociações para constituição, com base no "Grupo Lontra", do Núcleo Regional do Litoral Alentejano da QUERCUS dispondo este de autonomia financeira e de gestão.

Aceite que foi a proposta é nomeada pela Direcção Nacional, uma "Comissão Instaladora" com a missão de compatibilizar a estrutura existente com a de um Núcleo Regional da QUERCUS e de fazer transitar os Sócios, os activos e os passivos do "grupo Lontra" para a QUERCUS.

Em 18 de Dezembro de 1996, reúne a Assembleia de Núcleo para eleição da Direcção do NRLA da QUERCUS. A área de intervenção deixa de se limitar aos Concelhos de Santiago do Cacém e Sines e estende-se, de acordo com a organização regional da QUERCUS, desde Tróia a Odeceixe incluindo os concelhos de Grândola, Santiago do Cacém, Sines e Odemira.

3. Das actividades

A acção do NRLA/Quercus pode avaliar-se pelas intervenções nos problemas ambientais e de conservação da natureza e biodiversidade, tanto locais como nacionais, como pelas acções pedagógicas e de educação ambiental evidenciadas pelo seu Centro de Recuperação de Animais Selvagens, integrado na Rede Nacional de Centros (RNCRAS).

Procuraremos, listar sem grande rigor algumas das acções e intervenções mais relevantes que este Núcleo Regional promoveu:

3.1. Iniciais

- Reconstrução do Moinho Novo da Galiza onde se instalou a sede do Núcleo Regional do Litoral Alentejano da QUERCUS;
- Construção do Centro de Animais Selvagens de Santo André (por onde já passaram 2150 animais);

3.2. Participações Activas Gerais

- Organização do 1º encontro sobre Centros de Recuperação de Fauna Selvegem (Janeiro de 1996);
- 2.º Encontro sobre as Lagoas de Santo André e da Sancha;
- Participação na Comissão de Gestão do Ar de Sines;
- Participação na elaboração do Plano da Bacia Hidrográfica do Sado;
- Participação no projecto da Zona da Caça Social da Lagoa de Santo André e na respectiva Comissão de Gestão;
- Promoção, participação e acompanhamento da Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha;
- Gestão do Centro de Recuperação de Animais Selvagens de Santo André;
- Organização de cursos de Primeiros Socorros e de Recuperação de Animais Selvagens;

3.3. Na área dos recursos naturais, ambiente e ordenamento do território

- Comunicados, documentos e intervenções na Comunicação Social denunciando graves situações sobretudo em:
- destruição das dunas;
- construções ilegais sobre zonas dunares;
- pesca ilegal;
- caça ilegal;
- não construção da ETAR da praia de Melides sobre as dunas junto à extrema da Freguesia de Santo André;
- não construção da Central Incineradora, em Sines;
- passagem do oleoduto pela zona inundada da Lagoa de Santo André
- limpeza das pilhas armazenadas no litoral e sua remessa para França para incineração;
- destruição de montados de azinho e sobreiro;
- grandes projectos turístico-imobiliários dentro da Zona Natura 2000;
- estruturas de diversão, sobre dunas primárias, no PNSACV.

Um pequeno resumo da história do NRLA, compilado a partir de documentos, recortes e algumas conversas com Fundadores.

Núcleo Alentejano

NÚCLEO DE BRAGA

Ana Cristina Costa
Núcleo Regional de Braga da Quercus

A aposta do Núcleo de Braga

Cada Núcleo da Quercus é um pouco o reflexo de quem nele trabalha, para além de reflectir as necessidades locais. Ora Braga é das regiões mais jovens de Portugal, o que faz com que a nossa maior aposta seja na Educação para o Desenvolvimento Sustentável.
Neste distrito realizam-se actividades maioritariamente centralizadas no concelho de Braga pois não se tem obtido muita receptividade das autarquias locais e da população em geral para se realizarem num dos outros treze concelhos.
As actividades são dirigidas a públicos variados e em moldes diversos mas tendo uma coisa em comum: são sempre à noite ou ao fim-de-semana já que todos os sócios activos trabalham noutras entidades, ou seja, são voluntários na Quercus, o que torna excepcionais as actividades em horário laboral, já que implicam o pedido de dispensa à respectiva entidade patronal. Podem-se referir cursos tais como de agricultura biológica, de podas, de reutilização de resíduos; workshops de micologia; oficinas de controlo de mimosas, de transplantes de árvores autóctones, de (vermi)compostagem, de propagação de plantas; saídas de campo para observação de aves; palestras; etc. Colaboramos quinzenalmente num jornal local, com um texto essencialmente pragmático, para mostrar como agir de forma sustentável.
Pretendemos assim mudar mentalidades e conseguir chegar ao máximo de pessoas e a nossa maior dificuldade é o número de colaboradores! Se tiver apetência por estas áreas junte-se a nós! Será bem-vindo!

BIO GEO GRAFIA

NÚCLEO DE PORTALEGRE

Núcleo Regional de Portalegre da Quercus

Núcleo de Portalegre

Desertificação Humana é o grande desafio de Portalegre

A área de influência do Núcleo Regional de Portalegre da Quercus coincide com a área geográfica de todo o distrito de Portalegre. É um distrito onde a actividade agrícola e silvo-pastoril tem um papel determinante no tecido sócio-económico da região, exercendo ao mesmo tempo um carácter modelador na paisagem e nos factores ambientais associados. É por outro lado, e à semelhança de outras regiões do país, um território onde o despovoamento se faz sentir de forma crescente, fruto em grande medida do desinvestimento que o Estado levou a cabo nos últimos anos.
Assim, como maiores desafios ambientais no distrito, julgamos ser de destacar a necessidade de se conseguir conciliar a travagem do despovoamento desta zona com a preservação dos valores naturais aí existentes. Com efeito, se é certo que será necessário investir em maiores incentivos de modo a fixar a população no distrito, é também necessário que essa população seja educada ambientalmente, de modo a que sejam os próprios habitantes, os primeiros defensores do património natural da região, que é único e diferenciador, e se pode assumir como um factor potenciador do desenvolvimento da região.
Um turismo que alie a conservação dos montados de sobro e de azinho, as áreas de floresta autóctone que ainda dominam a paisagem, as tradições culturais e históricas e os mais altos padrões do ponto de vista ambiental, poderá ser um exemplo de um segmento a apostar, em detrimento de um turismo massivo, pouco característico e com impactos negativos já bem conhecidos em outros pontos do país.
Também a agricultura, que ao longo de séculos soube com mestria adaptar-se às características edafo-climáticas da região, deverá agora no âmbito deste desafio, inovar, mas também respeitar o meio envolvente. Práticas como a instalação de olivais intensivos e culturas geneticamente modificadas ameaçam romper com este equilíbrio e a aposta em métodos de agricultura sustentável, como a Agricultura Biológica, a Produção Integrada ou a Permacultura, serão certamente muito preferíveis, tanto ao nível dos impactos imediatos no Ambiente, como em termos de aposta para um futuro sustentável.
Por último, o desafio de dotar todas as povoações do Distrito de um sistema eficiente de saneamento básico e assim despoluir linhas de água, protegendo o seu rico património florístico e faunístico, será certamente um desafio importante em termos de investimento, tanto ao nível de construção de novas ETAR´s, como da reabilitação das já existentes.

NÚCLEO DE COIMBRA

Núcleo Regional de Coimbra da Quercus

Grandes desafios ambientais para Coimbra

O Núcleo Regional de Coimbra da Quercus considera que o grande desafio ambiental para o presente e futuro é a questão das energias renováveis, pelo que o núcleo continuará a activamente sensibilizar para a micro e mini geração de electricidade atravésde energias renováveis (solar foto-voltaica e eólica) considerando que, nomeadamente, os edifícios dos serviços públicos devem ter este tipo de instalações (ex. a Administração Pública deve dar o exemplo) e, também, que o Estado deve incentivar cada vez mais este tipo de instalações no que respeita aos cidadãos particulares e empresas.
Também, o Núcleo Regional de Coimbra da Quercus considera que é muito importante caminhar-se no sentido duma Mobilidade Sustentável sobretudo no incremento de transportes públicos melhores, mais eficientes e variados e no valorizar de políticas e medidas conducentes a melhorar os Modos Suaves de Mobilidade (peões e bicicletas). Note-se que as questões referidas podem caber também na concepção mais lata do combate às alterações climáticas que se pode traduzir em medidas locais.
O Núcleo continuará atento aos pedidos de informação e às denúncias quanto a atentados relativos à Ecologia e ao Ambiente procurando dar-lhes o melhor encaminhamento.

NÚCLEO DE AVEIRO

Núcleo Regional de Aveiro da Quercus

Zonas Lagunares são prioridade

O Núcleo de Aveiro insere-se numa região de grandes contrastes, quer no que respeita à distribuição da população e sua relação com o meio, quer no que respeita à diversidade de valores que constituem esse meio. Na faixa litoral, como por todo o país, encontra-se a maior densidade populacional, fixada e atraída por grandes pólos de actividade industrial, que se distribuem por todos os Concelhos desta faixa. No entanto, a ruralidade de antanho não foi completamente abandonada e a urbanização não acompanhou, pelo menos ao mesmo ritmo, o processo de industrialização e eclipse da ruralidade tradicional. Este facto, associado a um êxodo do interior para o litoral e a uma "tradição" de falta de ordenamento da ocupação humana do território, que de facto é uma das características bem negativas da governação portuguesa, levou a uma urbanização extensiva, onde quer áreas urbanas quer industriais se distribuem desordenadamente pelo território, distribuição orientada mais pela especulação imobiliária do que por critérios de bom ordenamento. Associada a este desordenamento está a expansão da rede viária, que culminará em breve com a existência de três auto-estradas paralelas atravessando a faixa litoral na direcção norte-sul e ainda o corredor da RAVE pelo meio.
Mas é também neste território fortemente humanizado que se encontram algumas das jóias naturais da região, cujos problemas de conservação não se podem dissociar da presença humana: as zonas húmidas da Ria de Aveiro, da Pateira de Fermentelos e da Barrinha de Esmoriz, e os rios que atravessam a área, quase todos eles com troços indissociáveis dessas zonas húmidas: o Rio Vouga, "eixo" de toda uma região, e os seus muitos afluentes, e, a norte e desaguando directamente na Ria, o Antuã e o Cáster. Encontrando-se a Ria de Aveiro e o Baixo Vouga às "portas" de Aveiro, parece evidente que esta área seja uma das prioridades do Núcleo, e de facto assim foi desde a sua criação, à qual estiveram ligadas pessoas com grande conhecimento e afeição por esta zona húmida, como o foi Cristina Fernandes, desaparecida quando aí procedia a estudos académicos. Hoje a Ria de Aveiro e o Baixo Vouga continuam a ser uma prioridade do Núcleo, embora este careça de maior número de elementos que, de forma esclarecida e voluntariosa, estejam disponíveis para ser o rosto da Quercus face aos desafios que enfrenta esta importante zona húmida.
E quais são esses desafios? De forma sucinta, o que o Baixo Vouga precisa é que a conservação dos seus valores seja um objectivo em si, e não apenas justificado em função de uma série de interesses humanos mais ou menos particulares: o interesse do turismo, o interesse da caça, o interesse da agricultura... Aliás, qualquer destes interesses pode causar graves danos aos ecossistemas se estes e o seu valor intrínseco não forem tomados como prioridades: o turismo, seja de massas ou de elites endinheiradas, com a promoção da ocupação urbanística e infraestrutural do território (lembramo-nos, apenas como exemplo, da famigerada e ainda não afastada ameaça da Marina da Barra); a caça, que perante uma administração fraca (veja-se apenas a recente questão da proibição que deixou de o ser da utilização de chumbo nos cartuchos) dizima a avifauna aquática, mesmo espécies com estatutos de conservação preocupantes; a agricultura, que embora no Baixo Vouga ainda conserve com frequência os contornos de uma actividade tradicional (como o Bocage), se deixa quase irresistivelmente tentar pela novel ideia da industrialização, que tanto dano costuma causar a todo um conjunto de espécies silvestres que ao longo dos séculos se adaptaram aos ecossistemas culturais criados pelo homem e que o próprio homem agora faz perigar. E temos ainda a poluição (aquela com origem na indústria química tende a melhorar, bem como a orgânica com origem nos esgotos, graças ao SIMRia, mas o mesmo não se poderá dizer da poluição química com origem na agricultura e pecuária intensivas) e as espécies invasoras, como o jacinto-de-água e a acácia-de-espigas, apenas para citar duas espécies de grande impacto no Baixo Vouga.
Mas a região de Aveiro não é só o litoral. Para o interior estendem-se as montanhas, muito menos humanizadas do que a faixa litoral, mas também elas, sobretudo nas suas cotas mais baixas, intensamente aproveitadas para os cultivos florestais, que no espaço de poucas décadas fizeram desaparecer a paisagem tradicional e muitas das suas espécies silvestres, processo ainda agravado pela violenta expansão de espécies invasoras como a mimosa, à qual os recorrentes incêndios dão uma preciosa ajuda. Aqui, o grande desafio é tornar esta actividade de cultivo mais sustentável, proteger o que se salvou, e, na medida do possível, recuperar parte do que se perdeu. O Projecto Cabeço Santo e a participação do Núcleo na Associação para a Certificação Florestal do Baixo Vouga pretendem ser uma contribuição para esse processo, mas, como nas outras áreas, mais voluntariado precisa-se! Eis os desafios!

NÚCLEO DE BEJA

Núcleo Regional de Beja/Évora da Quercus

Alterações climáticas e disponibilidade hídrica representam o grande desafio para a região

As preocupações ambientais do Núcleo Regional de Beja/Évora quanto ao presente e futuro da região centram-se em diversos temas como a gestão dos recursos hídricos, as alterações das práticas agrícolas com recurso à intensificação e ao incremento do uso dos agro-químicos, a conservação dos montados, com tudo o que daí resulta ao nível da conservação do solo e do processo de desertificação que tem lugar nesta região bem como ao nível da conservação da biodiversidade. As alterações climáticas podem vir a agravar todo este cenário pois todos os modelos apontam para que nesta área do sudoeste da Península Ibérica a alteração dos padrões climáticos com aumento do índice de aridez tenha impacte por um lado na distribuição da biodiversidade da região mas também um reflexo directo nos cursos de água e águas subterrâneas e por consequência em toda a actividade agro-pecuária e outras necessidades associadas à actividade humana.
Perante este cenário há que reflectir sobre os limites da utilização dos recursos hídricos e os riscos dum modelo de desenvolvimento que aposte no seu uso excessivo. O futuro do Alentejo passa por modelos de desenvolvimento assentes na realidade biofísica desta região, nos seus solos, no seu clima, no uso eficiente da água efectiva-mente disponível agora e no futuro, não esquecendo as dependências externas que temos relativamente ao rio Guadiana.
Outra questão fundamental é o da qualidade da água. Preocupamo-nos muito com a quantidade mas devemo-nos preocupar ainda mais com a qualidade, pois a mesma pode inviabilizar a sua utilização para os diversos fins a que se destina não só para consumo humano, como para a agricultura ou mesmo para o lazer. Aqui a aposta ainda está longe de ser ganha pois um pouco por toda região há falta de ETARS ou as mesmas estão deficientes e obsoletas.
Também a agricultura e a pecuária têm aqui um grande impacte em termos de poluição e problemas como o do excesso de nitratos ou o uso excessivo de pesticidas têm de ser controlados.

NÚCLEO DA GUARDA

Agostinho Ferreira
Núcleo Regional da Guarda da Quercus

Idalina Perestrelo

A culpa não é do fogo

O fogo foi uma das descobertas mais importantes da humanidade. Permitiu de entre vários aspectos, e para além da confecção de alimentos, desenvolver o pensamento pela inspiração gerada pela observação das chamas. Foi também responsável pelos primeiros grandes atentados ambientais de origem humana, enquanto meio usado na caça e escapado ao seu controlo. Desde a sua descoberta foi um aliado permanente do homem.
Infelizmente, não foi sempre um aliado fiel; não por culpa própria, mas por descuido, imprudência ou mau uso, virou-se contra o homem danificando-lhe o ambiente e/ou os bens.
Vários milhares de anos após a sua descoberta, o fogo continua a manifestar o seu poder e importância, infelizmente a sua face mais negra. Sobretudo no interior do país, e nomeadamente no distrito da Guarda, o fogo é responsável por um lento, silencioso e dissimulado processo de desertificação. Fruto de uma acção descuidada ou de um acto voluntário e intencional (raras vezes como factor ecológico), aproveita o contínuo despovoamento e abandono da região, as particularidades do seu relevo e as alterações climáticas, transformando-se em incêndio florestal. Desta forma, destrói os diversos ecossistemas deixando o solo desprotegido à mercê dos agentes erosivos.
Esta sequência que é cíclica, vai alterando determinados factores ecológicos fazendo com que as comunidades que após cada ciclo, aí se possam instalar, sejam cada vez mais simples, menos evoluídas e com produtividades primárias brutas cada vez mais reduzidas. Assim avança, de forma resoluta, a desertificação.
Depois de uma década horribilis a nível nacional, de um período (1980/2005) em que o distrito da Guarda recebeu a medalha de ouro de área ardida e de um abundante discurso redondante à volta da falta da limpeza da floresta (onde uma última ideia iluminada propunha a expropriação desses terrenos!?), da falta de acessos, de meios humanos e materiais, chegamos ao ponto de partida: as chamas, mais uma vez accionadas acidental ou intencionalmente, percorrem novamente o seu caminho destruidor. O mesmo caminho percorrido há 5, 10, 15 e 20 anos.
Mas pior do que a ousadia e o descuido de Prometeu, é a falta de ideias e de imaginação de quem decide e/ou ousa opinar sobre este tema de forma leviana. É que aquele discurso que ainda hoje paira nos media, sobre a limpeza das florestas, o seu ordenamento, os acessos, ..., pouco contribuem para a resolução do problema. Aliás, como se vê! Esses aspectos são importantes mas apenas numa fase posterior e noutros contextos espaciais.
Assim, antes de se olhar para a floresta é preciso olhar para a paisagem, estudá-la, pensá-la e ordená-la. Nesse primeiro olhar é fundamental imaginar um mosaico funcional, concilador das actividades económicas sustentáveis com as necessidades conservacionistas, onde descontinuidades na paisagem constituam uma primeira barreira no avanço do fogo, fornecendo então um local de intervenção rápida. Só depois deste exercício concluído é que vale a pena ordenar, limpar e vigiar a floresta, como demonstram facilmente os grandes incêndios florestais ocorridos recentemente na Austrália e na Califórnia.
Porém, esse mosaico só é possível pela combinação entre a floresta, a pecuária e a agricultura, actividades que exigem a presença humana. Ora, num país que não só esquece o interior como, à luz de critérios políticos disfarçados de economicistas, promove o seu despovamento, nada mais há a fazer. Quer se queira quer não, a culpa não é do fogo, mesmo num suposto país de pirómanos. É apenas a consequência da crescente ausência de peso político regional.
Se o caminho não começar pela gestão da paisagem e por um regresso do homem à ruralidade, o relevo, o abandono das terras e as novas características climáticas, vão permitir e facilitar o avanço das chamas, até ao dia em que só restar pedra sobre pedra.

NÚCLEO DO PORTO

Núcleo Regional do Porto da Quercus

Região do Porto: a caminho da sustentabilidade?

O Núcleo Regional do Porto da Quercus abrange 20 concelhos e cerca de 1,6 milhões de habitantes. É uma região com uma elevada densidade populacional onde predomina a paisagem urbana mas onde ainda é possível encontrar zonas rurais e floresta. É uma região com elevado metabolismo pois consome muita energia e recursos ao mesmo tempo que emite muita poluição (de todos os tipos). A região do Porto está longe de ser sustentável, uma vez que, a continuar com as práticas do presente, não vai conseguir garantir a qualidade de vida das gerações futuras. Alguns tópicos:

Resíduos
Cada habitante da região do Porto produz mais de 500 kg de resíduos por ano, dos quais 55% é queimado e 30% colocado em aterro. Apenas 15% segue para reciclar e mesmo assim a reciclagem deveria ser o último dos Rs (Reduzir, Reutilizar, Recuperar, Reciclar).

Água
Segundo dados da Águas do Porto e Águas de Gaia, estima-se que se gastam na região do Porto, 200 litros de água por pessoa por dia. É um número pouco sustentável especialmente tendo em conta o custo económico e energético dos sistemas de abastecimento e de tratamento e que estes últimos se revelam ineficazes na prevenção da poluição dos cursos de água naturais.

Mobilidade:
A região do Porto continua muito baseada no automóvel. Neste momento demasiadas pessoas vivem, trabalham, fazem compras e socializam em locais muito distantes, sendo comuns os casos em que as pessoas fazem dezenas de quilómetros por dia, todos os dias, muitas vezes em carros com 1 pessoa. Poluição atmosférica, ruído, congestionamento, ocupação de espaço público, a constante pressão para a construção de infra-estruturas (em detrimento de espaços verdes e de lazer), a perda de paisagem, o grande contributo para as alterações climáticas e o elevado custo para o condutor e para a população, são razões suficientes para eleger o automóvel, o inimigo nº1 da sustentabilidade da região.

Biodiversidade
A poluição e a destruição de ecossistemas desde há muito vêm afectando a biodiversidade da região. Embora com algumas excepções, grande parte da floresta na região do Porto não merece esse nome, é uma monocultura de eucaliptos que muito afecta a biodiversidade e que pode ser apontada como principal culpada pelos incêndios descontrolados que este ano muito afectaram a região.

Núcleo do Porto

Futuro sustentável
A sustentabilidade exige de todos muito empenho e uma transformação significativa do estilo de vida. No entanto, não devemos imaginar um futuro cheio de privações e de regresso aos tempos difíceis do passado. Como diria Thomas Friedman, os pontos aqui focados não são mais do que "oportunidades fantásticas disfarçadas de problemas insolúveis". Uma sociedade mais comprometida com a sustentabilidade e menos com o crescimento económico será uma sociedade com mais qualidade de vida, que irá valorizar mais as pessoas, em que as comunidades locais são dinâmicas e conseguem nutrir as suas principais necessidades, em que as pessoas passam menos tempo no carro e no computador, em que há mais emprego - porque menor consumo de energia vai exigir muito mais mão-de-obra, em que se abranda o stress, o desenraizamento, os empregos sem significado e a falta de tempo para a família, amigos e lazer, podendo realisticamente ser uma sociedade mais feliz.

O desafio para o Núcleo Regional do Porto para os próximos 25 anos de existência da Quercus é sensibilizar mais e melhor a população, políticos e empresários e envolver todos no trabalho construtivo em prol da sustentabilidade.

BIO GEO GRAFIA

NÚCLEO DA MADEIRA

Núcleo Regional da Madeira da Quercus

Idalina Perestrelo

Desafios para a Madeira

A ilha da Madeira, neste ano em que a Quercus completa os seus 25 anos, sofreu duas grandes catástrofes. A primeira, a 20 de Fevereiro de 2010, foi o temporal que arrasou muitas zonas urbanas desta ilha, provocando a perda de quase meia centena de vidas humanas, e, a outra, foram os grandes incêndios que, em Agosto último, devastaram as serras destruindo espaços florestais com laurissilva e urzal e de altitude. Estas catástrofes deixaram a ilha vulnerável e fizeram com que todos os esforços estejam agora a ser encaminhados para a reconstrução e para a reflorestação, pelo que, nos próximos tempos, a prioridade deste Núcleo será o acompanhamento desse processo, insistindo na necessidade de uma aposta maior na prevenção. Vamos estar atentos ao respeito que é necessário garantir para com os leitos das ribeiras e a faixa litoral, chamando a atenção pública sobre os casos em que haja ocupação de locais indevidos e incumprimento dos planos.
Dar um contributo para a reflorestação das serras da Madeira está também nos nossos planos de trabalho pois todos somos poucos para o grande esforço que se fez necessário. Neste âmbito, será dada particular atenção ao trabalho que está a ser desenvolvido no Parque Ecológico do Funchal onde a Quercus integra a comissão de recuperação ambiental formada pela Câmara Municipal.
No entanto, não deixaremos de manter uma actividade diversificada no Núcleo da Quercus na Madeira pelo que, outras áreas, como os resíduos, a energia, a educação ambiental e o ordenamento do território, continuarão a ser acompanhadas por nós.

NÚCLEO DE CASTELO BRANCO

Núcleo Regional de Castelo Branco da Quercus

Sustentabilidade Regional é o grande desafio ambiental que se assume para Castelo Branco

Região rica em biodiversidade, conta com abundantes recursos naturais, sendo os problemas existentes comuns, principalmente, às regiões do interior do país como a desertificação humana, os incêndios, as monoculturas florestais, a poluição dos rios, a perca biodiversidade, entre outros.
A fixação de população utilizando os recursos de forma sustentável será o grande desafio ambiental com o qual a região se deverá debater nos próximos anos tendo para isso de promover actividades económicas que salvaguardem a conservação dos recursos naturais. Uma dessas actividades é o turismo sustentável, baseado na conservação dos seus recursos endógenos, na natureza, no património cultural, etc. Produzir alimentos localmente com recurso à agricultura biológica e técnicas mais sustentáveis é outra forma de caminhar para a sustentabilidade da região.
Actualmente a região já é exportadora de energia de origem renovável, mas continua a ser necessário melhorar a eficiência energética e o incremento de produção de energia solar, numa região caracterizada por grandes amplitudes térmicas e onde o consumo de energia do sector residencial tem um peso importante.
Face às características biofísicas da região são também grandes desafios a protecção das florestas naturais, a produção agrícola local, a gestão das áreas protegidas e o ordenamento do território. Contudo, de todos os desafios referidos, o maior é, sem dúvida, implementar à escala local os desafios globais, sendo por isso necessário sensibilizar todos os agentes, políticos e população em geral sobre a forma de caminhar para uma região mais sustentável...

NÚCLEO DE SETÚBAL

Núcleo Regional de Setúbal da Quercus

O maior desafio ambiental do Núcleo de Setúbal

Um dos grandes problemas, senão mesmo o maior, com que a Península de Setúbal se tem confrontado desde há quatro décadas, é o ordenamento do território e a expansão urbanística intensiva e desregrada, progressiva, em mancha de óleo.
É do conhecimento geral que as grandes infra-estruturas de transporte induzem a expansão urbana ao longo dos seus eixos e junto dos interfaces de transporte. A Península de Setúbal é o exemplo vivo disso mesmo, com a grande explosão urbana em Almada e no Seixal e ao longo de toda a Estrada Nacional 10, decorrente da construção da Ponte Salazar (agora Ponte 25 de Abril) em 1966, e com a mais recente expansão na península do Montijo desde a construção da Ponte Vasco da Gama.
Paradoxalmente, estas infra-estruturas de transporte que deveriam resolver os problemas de acessibilidade das populações têm tendência a agravá-los, pois tratam-se de infra-estruturas eminentemente rodoviárias, ainda por cima não acompanhadas de politicas integradas de mobilidade que fomentem e incentivem a utilização do transporte colectivo e diferentes modos de transporte.
Hoje, assistimos a uma nova vaga emergente de grandes infra-estruturas de transporte, em que assumem particular importância o Novo Aeroporto de Lisboa (NAL), a Terceira Travessia do Tejo (TTT), a Alta Velocidade, a Plataforma Logística do Poceirão e a concessão de vias rodoviárias do Baixo Tejo. As tentativas de introduzir outros meios de transporte, como o comboio na TTT, são deveras tímidas e, na realidade, as opções políticas assumidas traduzem-se uma vez mais numa aposta na rodovia e no transporte privado. A deslocação do NAL para a periferia da capital, em terreno ainda pouco urbanizado está já a fomentar a especulação imobiliária na Península, prevendo-se o pior cenário se não forem tomadas medidas de contenção fortes e de integração de políticas de mobilidade.
Ironicamente, estes projectos que aparentam ser um motor de revitalização económica da Península ameaçam trazer maiores e mais graves problemas urbanísticos e ambientais, a par com a perda irrecuperável de património natural de elevado valor ecológico, cultural e mesmo económico.

Hélder Spínola

NÚCLEO DE LISBOA

Núcleo Regional de Lisboa da Quercus

Diversidade na área de actuação de Lisboa

O Núcleo Regional de Lisboa apresenta particular importância no seio da Quercus devido à sua localização geográfica, pela proximidade aos centros de decisão, aos meios de comunicação social e a outras ONGA, e pelo conjunto de temáticas ambientais que sempre acompanhou no âmbito de uma Região com acentuadas características urbanas.
O desafio que sempre se colocou e continuará a ser colocado a esta estrutura regional da Quercus é a grande diversidade e complexidade das questões ambientais na sua área geográfica de actuação. A pressão demográfica e urbana, a falta de planeamento e ordenamento territorial eficaz, os problemas de acessibilidade e mobilidade, a poluição (atmosférica, hídrica, sonora e dos solos) originada por variadas fontes, a necessidade de uma estrutura ecológica integrada e a redução da biodiversidade são algumas das questões fulcrais que merecem uma intervenção activa e constante por parte do Núcleo Regional de Lisboa.
Estes problemas têm fortes implicações ao nível da pressão sobre os recursos naturais, no ambiente e na qualidade de vida das populações pelo que, com frequência, são reportadas a este Núcleo Regional as preocupações manifestadas pelos cidadãos e mesmo, por algumas entidades públicas e privadas.
É fundamental, por isso, que o Núcleo Regional de Lisboa mantenha, em permanência, na sua estrutura organizativa, uma equipa multidisciplinar que permita, em simultâneo, o estudo e acompanhamento das várias temáticas ambientais e o envolvimento e participação das populações através de uma cidadania activa numa perspectiva de Sustentabilidade.

Luís Avelar

Idalina Perestrelo

Idalina Perestrelo

Idalina Perestrelo

Idalina Perestrelo

CUIDAR DAS PARTES COMUNS

Os desafios para a Quercus no futuro próximo

Uma reflexão sobre quais os principais desafios que se colocam no futuro a uma organização como a Quercus leva-nos de imediato a subdividir o tema em duas grandes áreas: os desafios externos e os desafios internos.

Quanto a desafios externos, um dos mais significativos será, sem dúvida, estruturar a intervenção da Associação no sentido de conseguir passar para a sociedade as mensagens fundamentais sobre o futuro e os desafios que se colocam, mantendo ou mesmo alargando a sua base de apoio. O facto é que existe um conjunto de mensagens que é urgente consolidar e integrar no discurso público, mas cuja passagem é complexa.

Uma delas é sem dúvida a que se prende com a imperativa necessidade de reduzirmos a nossa pegada ecológica. O desafio que está em cima da mesa para países com consumos como o português é o de, até 2050, reduzirmos para 25% a nossa pegada actual. Isto para que outros que vivem com pouco ou quase nada possam aceder a algum grau de conforto e qualidade de vida, ao mesmo tempo que são respeitados os limites do planeta Terra. Tal cenário implica integrar no discurso conceitos como o de suficiência, decrescimento, simplicidade, contenção ou redução. Esta mensagem será, à partida, pouco consentânea com as expectativas de uma larga maioria das pessoas, o que poderá levar a um recrudescimento dos sentimentos de menor identificação com a Associação e de atribuição de um teor mais radical ao seu discurso e acção. Não obstante as previsíveis dificuldades, trabalhar a temática da produção e consumo sustentáveis é imperativo, uma vez que é nesta ligação que se originam os maiores problemas ambientais dos nossos tempos, inclusive os tão falados problemas das alterações climáticas ou da perda acentuada de biodiversidade.

Uma outra temática sensível é a da transversalidade da temática ambiental para o bem-estar social e económico das nossas sociedades. A assumpção desta centralidade fica bem expressa numa área emergente como é a dos serviços prestados pelos ecossistemas e sua respectiva contabilização (com todas as nuances, sensibilidade e desafios que implica). De facto, se não cuidarmos dos ecossistemas, dos recursos hídricos, do solo, do ar, se não gerirmos de forma equilibrado e respeitarmos os recursos naturais (renováveis e não renováveis), dificilmente conseguiremos estruturar um sistema económico ou uma sociedade, uma vez que nos faltarão os elementos básicos nos quais assenta a nossa sobrevivência enquanto espécie. O que se pretende aqui não é reificar o Ambiente, mas antes reposicioná-lo enquanto factor limitante de tudo o resto. Aliás, torna-se cada vez mais importante que as intervenções da Quercus espelhem a interligação entre o ambiente e os aspectos sociais e económicos. As ligações estão lá. Faz parte do nosso papel sublinhá-las e torná-las visíveis, até enquanto forma de reforçar a centralidade do tema Ambiente.

Mas será também um desafio manter a base de credibilidade e de exposição pública que a Quercus possui no presente. Conhecida pela sua capacidade de reagir e agir sobre temáticas muito diversificadas, a progressiva complexidade técnica dos temas levantará, sem dúvida, dificuldades acrescidas.

A estes desafios há ainda que juntar os desafios a nível interno. Aí, o alargamento da base de apoio de sócios e doadores particulares, enquanto forma de reforçar a legitimidade das posições tomadas e das acções desenvolvidas, potenciando, ao mesmo tempo, uma linha de financiamento da Associação, será fundamental. Fortalecer a sua estrutura de Núcleos Regionais, que tem sido, desde a fundação da Associação, um dos elementos diferenciadores da sua capacidade de acção (garantindo maior proximidade e rapidez de resposta), será outro dos grandes desafios. O reforço de áreas estratégicas de intervenção, como são o consumo e produção sustentáveis, a agricultura sustentável ou o ordenamento do território ou o fomento de uma melhor comunicação entre as várias estruturas internas são tarefas a considerar prioritárias. Por último, referir ainda a necessidade da Quercus permitir mais espaços de debate e reflexão estratégica, no sentido de construir uma intervenção mais reflexiva e menos reactiva.

Em suma, ao longo dos últimos 25 anos a Quercus construiu uma imagem de credibilidade, seriedade e responsabilidade, ainda que irreverente, em grande parte devido à sua capacidade de estar sempre um pouco à frente do seu tempo, de ir desbravando caminho. Os desafios que se colocam para o futuro não são, por isso, uma novidade. São apenas isso, desafios que deverão e serão enfrentados.

Susana Fonseca
Presidente da Direcção Nacional da Quercus

PROJECTO ECOCASA

Rita Antunes
Grupo de Trabalho da Energia e Alterações Climáticas/EcoCasa

Energia e alterações climáticas na Quercus

O projecto Ecocasa nasceu da vontade que a Quercus tinha em promover a utilização racional de energia junto dos cidadãos. Relacionar o consumo de energia com as ameaças e desafios das alterações climáticas, foi também um propósito do projecto.

Lançado em 2004, as áreas de trabalho do projecto EcoCasa foram sendo alargadas, ao longo dos anos. Sendo o consumo de energia no sector doméstico a principal área de trabalho da EcoCasa, desde logo se percebeu que a construção sustentável tinha um papel fundamental para se actuar nesta área. Actualmente já se aborda também o tema da utilização racional de água. A EcoCasa também já saiu de dentro de casa com a área da mobilidade, pretendendo alertar os cidadãos para o que é uma mobilidade sustentável e alternativas ao uso do transporte individual.
Ao longo dos anos, foram desenvolvidas várias ferramentas, programas e iniciativas com o objectivo de aproximar a informação dos cidadãos, para que disponham de conhecimentos necessários para uma utilização eficiente dos recursos naturais.
O site EcoCasa (www.ecocasa.pt) conta com cerca de seis mil visitas por mês e, para além das áreas temáticas, apostou numa área de simuladores para a permitir aos cidadãos que tomem decisões mais informadas. Pretende-se ainda que sejam de fácil compreensão e utilização.
Estão disponíveis on-line os seguintes simuladores que permitem avaliar:
• Potencial de substituição de iluminação pouco eficiente;
• Potencial de redução de consumos pela anulação de consumos de standby e off-mode;
• Compra de equipamentos, por comparação entre dois equipamentos em termos de consumo e preço, tendo um específico para equipamentos de frio, outro para máquinas de loiça/roupa,
e ainda outro para equipamentos em geral;
• Potencial de investimento em equipamentos de energias renováveis/alternativas (solar térmico; fotovoltaico para o apoio do programa Renováveis na Hora; e bombas de calor de subsolo);
• Emissões causadas pelos consumos de vários combustíveis e energia eléctrica;
• Comparação entre tarifas simples, bi-horária e tri-horária;
• Emissões de dióxido de carbono nas viagens pendulares;
• Consumo de água.
Para além da Internet, o projecto tem apostado em sessões de sensibilização em escolas, principalmente para alunos. Desde 2004 já se promoveram 88 sessões em escolas por todo o país, abrangendo cerca de 4300 alunos e mais de 100 professores.
A presença em feiras e seminários tem sido também uma constante por todo o país, para promover o projecto e dar a conhecer os seus objectivos. O projecto EcoCasa conta com a presença em 17 feiras e 108 seminários.
O projecto já realizou 3 seminários: 2 dedicados à eficiência energética e às energias renováveis e 1 dedicado ao uso eficiente de água, no sector doméstico.
A partir do projecto Ecocasa, foram surgindo novas ideias e novas oportunidades para diferentes projectos. Neste momento, o Grupo de Energia conta uma dezena de projectos diferentes na área da eficiência no consumo de energia e água, no sector doméstico.
Para o futuro o projecto quer diversificar as suas áreas de actuação, reforçando a informação prestada sobre alterações climáticas – o que vai mudar e o que podemos fazer.
A área de consumo sustentável é outra vertente que faz sentido englobar neste projecto, já que está relacionado com as opções pessoais que cada cidadão faz no seu dia-a-dia enquanto consumidor individual.
Alertar e formar cidadãos conscientes das suas decisões é um dos pilares do projecto Ecocasa tanto até agora como para o futuro.

OS RESÍDUOS NA QUERCUS

Rui Berkemeier
Grupo de Trabalho dos Resíduos/CIR - Centro de Informação de Resíduos

O Centro de Informação de Resíduos (CIR) da Quercus foi criado em 1996 com o objectivo de dotar a associação de uma estrutura profissionalizada que desse apoio à Direcção Nacional na definição da sua política na área dos resíduos e que servisse de instrumento para divulgação de informação sobre este tema.

Ao longo destes 14 anos, o CIR desenvolveu trabalho em quase todas as áreas relacionadas com a gestão dos resíduos, incluindo os resíduos urbanos, os hospitalares, os industriais, os agrícolas e os diversos fluxos específicos.
Na área dos resíduos urbanos uma das prioridades foi defender sistemas eficientes de recolha selectiva, como seja a substituição dos ecopontos pelo processo porta-a-porta, mas este trabalho tem de continuar. Paralelamente tem sido defendido o sistema de Tratamento Mecânico e Biológico (TMB) para os resíduos urbanos indiferenciados, como alternativa ao aterro ou à incineração, uma vez que este sistema permite atingir taxas de reciclagem superiores a 50%.
Em relação ao TMB o Ministério do Ambiente acabou por defender esta solução e presentemente encontram-se em construção diversas unidades. Falta agora garantir que essas unidades vão ficar dotadas das melhores tecnologias de separação de materiais recicláveis.
Na área da prevenção, estão a ser desenvolvidas campanhas de promoção das fraldas reutilizáveis e dos sacos de compras reutilizáveis. Brevemente serão lançadas campanhas em relação à compostagem doméstica e à redução do consumo de papel, assim como para a promoção da utilização de papel reciclado. Também foram realizadas acções visando defender as embalagens de vidro reutilizáveis.
Nos resíduos urbanos foi igualmente realizada uma campanha pela reciclagem de pilhas que resultou na criação de um sistema nacional de gestão deste resíduo.
Na área dos plásticos, conseguiu-se que a Sociedade Ponto Verde apoiasse a recolha selectiva e triagem dos plásticos mistos, materiais que estavam a ser encaminhados para aterro e incineração. Presentemente está a decorrer uma campanha de promoção destes materiais reciclados.
Em relação à recolha selectiva conseguiu-se após quase 10 anos de insistência que as embalagens de leite e sumos em cartão complexo (com plástico e alumínio) passassem a ser colocadas no contentor amarelo, deixando assim de contaminar os lotes de papel e cartão.
No que se refere aos resíduos hospitalares, em 1998, o CIR realizou o primeiro estudo de caracterização da situação a nível nacional, tendo identificado a existência de 40 incineradores ilegais. Na sequência deste estudo foi realizada uma campanha contra esses incineradores e pela sua substituição pela autoclavagem. Presentemente já só existe um incinerador e mais de 80% dos resíduos hospitalares são encaminhados para autoclavagem.
Na área dos resíduos industriais, a prioridade foi a apresentação de alternativas à co-incineração de resíduos industriais perigosos, nomeadamente através da regeneração dos solventes, que já é uma realidade, e da regeneração dos óleos lubrificantes usados, processo que está bem encaminhado. Igualmente foi defendida a construção dos Centros Integrados de Recuperação, Valorização e Eliminação de Resíduos (CIRVER), unidades que acabaram por ser instaladas na Chamusca e que tratam a maioria dos Resíduos Industriais Perigosos (RIP) sem recorrer à queima.
Como resultado destas acções, a co-incineração é presentemente uma solução quase irrelevante no contexto do tratamento dos RIP a nível nacional, tratando apenas cerca de 5% dos RIP.
No que se refere aos resíduos agrícolas, foram feitos trabalhos visando o aproveitamento das frutas que não são comercializadas devido às quotas do mercado, tendo-se apresentado algumas soluções que estão a permitir a sua utilização para alimentação em acções de solidariedade social.
Também se desenvolveu trabalho na área dos resíduos pecuários, nomeadamente no apoio ao projecto, ainda não concluído, de tratamento dos efluentes suinícolas da região de Leiria.
Em relação aos fluxos específicos de resíduos foram tomadas as seguintes acções:
- Pneus: apoio à reutilização e reciclagem, tendo-se conseguido a publicação de legislação que estabelece metas nesta área, estando a ser desenvolvidas acções de promoção dos produtos reciclados, como o betume modificado de borracha para aplicação nas estradas.
- Resíduos de Construção e Demolição (RCD): foi apresentada uma proposta para obrigatoriedade de incorporação de 5% de produtos reciclados nas obras públicas, está a decorrer uma campanha de denúncia das descargas ilegais de RCD e foi dado apoio à criação de uma associação de recicladores de RCD.
- Óleos Alimentares: foi dado apoio à instalação das primeiras unidades de produção de biodiesel com este resíduo, feitos contactos com o Governo para se legislar visando o aproveitamento destes resíduos e ainda foi dado apoio à constituição de uma associação neste sector.
- Resíduos de Equipamento Eléctrico e Electrónico: para além de diversas acções visando a reciclagem destes resíduos, foi dada especial atenção à recolha e tratamento de equipamentos com substâncias que empobrecem a camada de ozono, como os frigoríficos.
- Veículos em Fim de Vida: Está a decorrer uma campanha para garantir que os veículos que sofrerem abate de matrícula sejam encaminhados para tratamento e reciclagem.

Idalina Perestrelo

CUIDAR DAS PARTES COMUNS

A ÁGUA NA QUERCUS

Melissa Shinn
Grupo de Trabalho da Água

Hélder Spínola

Os principais desafios e ameaças

Um indicador fundamental da saúde do ambiente é a água. O ecossistema aquático suporta uma teia rica de vida muitas vezes invisível ao nosso olhar. No entanto, essa teia desempenha um serviço ecossistémico fundamental, suportando uma grande riqueza de organismos que mantem a água limpa e equilibrada. Nos rios a deposição de material orgânico sustenta uma biomassa vital para comunidades de aves, de peixes e mariscos.
Os caudais e a qualidade ecológica dos nossos rios estão dependentes não só da gestão de descargas de fábricas e cidades mas também das práticas agrícolas e florestais, dos tipos de químicos que usamos diariamente nas nossas casas, escritórios e oficinas, para além da monitorização dos acordos internacionais da partilha equitativa dos caudais. Com o aumento da frequência de fenómenos climatéricos extremos, a estabilidade dos fluxos hídricos vai depender cada vez mais da implementação de medidas de adaptação.
A legislação Europeia é compreensiva em matéria de protecção da água – existem limites bastante exigentes em termos da qualidade química para águas potáveis (zero no caso de contaminantes de pesticidas p. ex.), e até para águas subterrâneas. A nova Lei da Água exige que se reduza, ou mesmo que se elimine, os químicos antropogénicos tóxicos prioritários, e estabelece o objectivo de que todos os corpos de água doce atinjam, para além dos objectivos meramente químicos, um bom estado ecológico até 2015, criando-se para isso um sistema compreensivo de indicadores ecológicos e implementando-se a gestão ao nível das bacias hidrográficas. Pelo menos no papel estamos no bom caminho.
Quando toca à protecção das águas do mar a nossa legislação é menos forte. Não existe ainda um grande objectivo para preservar a saúde ecológica da água do mar. No entanto, actualmente estão em curso discussões a nível Europeu com intuito de alterar a situação.
Sessenta por cento da nossa paisagem ripícola já foi destruída ou está em mau estado de conservação. Existem já 165 grandes barragens em Portugal, das quais 60 só na bacia do Douro, mesmo excluindo as mini - hídricas. Os dados oficias do Instituto Nacional da Água (INAG) revelam que as barragens e mini - hídricas já afectam 15,8% dos rios nacionais, e se consideramos só os principais rios se valor sobe para mais de 90%.
Os levantamentos efectuados em 2007, no âmbito da preparação dos novos planos para a Lei da Água, identificam que 36% dos nossos rios e zonas de água doce estão em estado mau ou muito mau de conservação, somente 62% estão de saúde boa ou razoável. Muitos destes últimos estão localizados no norte do país, nas bacias do rio Douro e do rio Vouga, onde está previsto construir mais 7 barragens de grande dimensão, estando 5 delas previstas num só rio – o Tâmega – e duas em vales de grande valor ecológico e geológico, nomeadamente no Sabor e no Tua, em sequência do Plano Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hídrico (PNBEBH).
No que diz respeito às águas subterrâneas, foram identificadas 6 massas de água em risco, 63 estão em risco e 22 em dúvida. É necessária a monitorização e/ou a realização de estudos mais aprofundados para avaliar o estado das massas de água para as quais a informação disponível não permitiu afirmar se estavam ou não em risco, as quais foram classificadas como estando em dúvida. Tendo em conta que a reserva de água subterrânea é a forma mais eficiente e limpa de armazenar água (longe da poluição e da evaporação), a atenção para a gestão destas reservas é manifestamente insuficiente (INAG 2000).
Em termos de escassez de água, a eficiência deve ser uma prioridade estratégica a ter em conta na gestão das disponibilidades e reservas de água do País. Embora à escala nacional e anual Portugal não tenha graves problemas de escassez de água em situação hídrica normal – apenas as bacias das Ribeiras do Algarve, Ribeiras do Oeste, Sado, Lis e Leça estão sujeitas a maior stress hídrico (PNA) -, podem no entanto, ocorrer situações críticas de seca, sazonais ou localizadas que têm de ser acauteladas. Estas situações podem ser de carácter quantitativo, resultantes por exemplo de períodos de maior escassez hídrica, ou de carácter qualitativo, com redução da disponibilidade de água com qualidade devido a problemas de poluição.
Um esforço no aumento da eficiência traduz-se, evidentemente, numa redução de caudais captados e na poluição provocada, contribuindo para não delapidar a disponibilidade e reservas estratégicas de recursos.
Menos evidente, mas igualmente importante, é o consumo invisível da água. Mais de metade da pegada hídrica portuguesa está relacionada com a importação de bens para consumo (54% depende do exterior). Portugal é um país importador de água virtual em todos os sectores analisados, particularmente na produção agrícola (nomeadamente para as culturas do olival, milho e vinha, que no seu conjunto representam 55% da pegada hídrica do sector). De acordo com dados de 2004, o sector agrícola em Portugal é o que regista maior consumo europeu (extracção) per capita.
A água é vista, na comunidade científica, como um dos recursos mais escassos do mundo e prevê-se que cada vez mais vá ser fonte de conflitos entre populações.

As principais potencialidades e oportunidades

Caudais
Sem a garantia de caudais mínimos é difícil gerir a qualidade das nossas águas, daí que a redução, prevenção e combate ao crescimento no consumo sejam prioritários. Para isso é essencial que a Convenção da Albufeira (entre Espanha e Portugal) sobre os caudais mínimos para os rios transfronteiriços, em particular o Tejo, a Guadiana e o Douro, sejam respeitados.

Eficiência
O Plano Nacional do Uso Eficiente da Água (PNUEA) foi adoptado em 2001 mas nunca foi implementado. Em 2005, após um período de secas fortes, houve uma revisão e a publicação de uma resolução de Concelho de Ministros mas, mais uma vez, não se verificou acções concretas.
Em termos de procura por sectores, e tendo por base o Plano Nacional da Água, verifica-se que a agricultura é, claramente, o maior utilizador de água em Portugal, correspondendo a cerca de 87% do total, seguido do abastecimento urbano às populações, 8% do total, e da indústria, com 5% do total.
Quanto aos custos efectivos de utilização da água para os diversos tipos de utilização, verifica-se que o sector urbano passa a ser o mais relevante, com 46% do total, seguido da agricultura, com 28%, e da indústria, com 26%.
O PNUEA propõe objectivos para o aumento da eficiência no uso da água a nível nacional de 57 para 66% no sector agrícola, de 58 para 80% no sector urbano e de 71% para 84% no sector industrial, metas a cumprir em 10 anos, ou seja, até 2011/2012 (adiados agora para 2015/2016 de acordo como a Resolução nº113/2005).

Pegada Hídrica
O conceito da pegada hídrica indirecta (a pegada de produtos de consumo importadas) ainda é um conceito relativamente novo para o público e para as políticas de uso da água. Daí que o PNUEA não aborde este assunto. Seria bom que as próximas versões do plano a considerassem e estabelecessem um indicador para que seja monitorizada. Enquanto não resolvermos o problema de base da inexistência de prioridades e recursos para implementar o plano e as medidas actuais (ou futuras), este aspecto manter-se-á secundarizado.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Vanda Marques
Grupo de Trabalho da Educação Ambiental

Idalina Perestrelo

Idalina Perestrelo

Educação Ambiental na Quercus

A Quercus tem desenvolvido ao longo dos anos um vasto, diversificado e reconhecido trabalho na área da Educação Ambiental.
Sendo uma associação de âmbito nacional, as iniciativas têm decorrido de norte a sul do país, incluindo nas regiões autónomas da Madeira e Açores.
Para além da referência aos quatro Centros de Educação Ambiental da Quercus actualmente em funcionamento, em Monsanto, Ourém, Quinta da Gruta e Machico, é fundamental salientar as muitas actividades realizadas pelos Núcleos Regionais que assumem particular importância ao nível da actuação nas respectivas áreas geográficas de intervenção, bem como o papel de vários Projectos, Grupos de Trabalho Temáticos e outras estruturas da associação que incluem, de forma directa ou indirecta, a Educação Ambiental.

No caso específico do Grupo de Formação e Educação para a Sustentabilidade (GFES), na continuação do trabalho do GFEA, uma das ideias subjacentes à sua criação foi a constatação da necessidade de uma estrutura na Quercus, fora dos núcleos regionais, que pudesse fazer a ligação a várias estruturas para a realização e implementação de projectos, campanhas e outras acções de âmbito supra-regional e mesmo nacional.
Iniciativas como a Exposição "Insectos e Outros Bichos", o Projecto "Ecologia e Multimédia", a Campanha "Re-utilize", entre outras acções, em parceria com diferentes entidades, realizadas em vários locais do país, são alguns exemplos.

A actuação do GFES decorre de uma estratégia apresentada com várias linhas gerais de orientação a qual teve, no decorrer do tempo, ajustamentos face às propostas iniciais.
Em vez de uma equipa alargada em termos territoriais, o que ficou demonstrado pela prática que essa situação colocava algumas dificuldades inerentes da própria estrutura associativa, optou-se pela criação de uma equipa técnica centralizada, de carácter multidisciplinar, com a integração e optimização de recursos humanos existentes fazendo, sempre que necessário, a ligação a outras estruturas da associação.

Desta forma, o GFES tem desenvolvido ao longo dos anos, um conjunto variado de iniciativas, através da concepção e implementação de projectos e acções de divulgação, sensibilização, (in) formação, educação ambiental e para a sustentabilidade, destinadas a públicos variados, para diferentes faixas etárias, com a adopção de metodologias activas e inovadoras, com a elaboração dos respectivos materiais informativos e pedagógicos.

Outro dos objectivos da estratégia definida para o GFES consiste na dinamização do Centro de Educação Ambiental de Monsanto, em Lisboa, com a disponibilização de um Programa de Actividades diversificado para cada ano lectivo e nos períodos de Férias Escolares.

No CEA Monsanto têm sido realizadas diversas sessões sobre variados temas ambientais, actividades como percursos e oficinas, acções comemorativas de dias temáticos, entre outras iniciativas para escolas, entidades e público em geral.
Nas Férias são organizadas diferentes iniciativas de ATL e este ano, em particular, foram realizadas mais de duas dezenas de acções enquadradas no âmbito do Programa Ciência Viva no Verão 2010, com uma adesão significativa de participantes.

No âmbito do trabalho do GFES, para além das actividades no CEA Monsanto, são de mencionar as deslocações externas, a escolas e a outras entidades para a realização de palestras, workshops, oficinas e outras acções decorrentes de parcerias.

Ao longo dos anos têm sido também diversas as presenças, por parte da equipa do GFES, em eventos para representação da Quercus, alguns dos quais com realização anual e onde são integradas acções de Sensibilização e Educação Ambiental.
No decorrer de 2010, como referência, salientam-se as participações na acção Limpar Portugal e em actividades de plantação, no Road-Show das Cidades Sustentáveis em Oeiras, na Festa da Criança, no Mega Pic-Nic no Parque Eduardo VII, na Feira Alternativa e na Terra Sã, em Lisboa.

No ano em que a Quercus comemora 25 Anos, o GFES prepara-se para disponibilizar no Centro de Educação Ambiental de Monsanto o mais vasto e diversificado Programa de Actividades até agora apresentado, com mais de 60 acções para alunos, professores e educadores, famílias e público em geral.
Serão reforçadas também as iniciativas com escolas e outras entidades, dando especial relevo às várias parcerias já existentes, com evidentes efeitos multiplicadores e duradouros salientando-se, neste sentido, a continuidade do Projecto Territórios Sustentáveis.
Pretende-se, desta forma, com base numa visão holística e integrada com vista à Sustentabilidade, fomentar o envolvimento dos cidadãos e das organizações, a nível individual e colectivo, promovendo a sua participação activa no processo global de mudança.

CUIDAR DAS PARTES COMUNS

CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

José Paulo Martins
Grupo de Trabalho de Conservação da Natureza

A Conservação da Natureza na Quercus

Sendo a Quercus uma associação generalista na sua intervenção não podemos deixar de relembrar que foi na área da conservação da biodiversidade que teve a sua génese o que está aliás associado à própria designação e ao logótipo que a identifica. Sem perder de vista este aspecto fundamental do trabalho em prol do ambiente a associação diversificou a sua actividade que é hoje reconhecida em muitas outras temáticas associadas ao desenvolvimento sustentável.

Apesar da actividade nesta área ter sido constante ao longo destes 25 anos de existência, a verdade é que nos últimos anos esta tem vindo em crescendo sendo muitos os projectos em curso neste momento. Neste ponto há que referir o projecto de estudo e monitorização do impacte das linhas eléctricas na avifauna o qual já se desenvolve há vários anos, o trabalho de 3 centros de recuperação de animais selvagens, os alimentadores de aves necrófagas, o emblemático trabalho que desenvolvemos no Tejo Internacional desde 1988 e que agora teve um incremento com o Projecto de fomento da biodiversidade no Tejo Internacional. Estamos também a desenvolver a nossa rede de micro-reservas biológicas, pequenos espaços com valores naturais assinaláveis e que estão distribuídos por vários pontos do país, e no âmbito das quais também se desenvolvem projectos específicos de conservação de algumas espécies como o projecto de conservação do cágado-de-carapaça-estriada nas lagoas temporárias em Almocreve ou o projecto de conservação da colónia de francelhos na ZPE de S. Vicente no norte alentejano. Na Lagoa de Albufeira (na área da lagoa Pequena e lagoa da Estacada) estamos a desenvolver trabalho de gestão de *habitat* com vista a melhorar as condições ecológicas desta zona húmida. Está também a decorrer um projecto de conservação de peixes de água doce endémicos com conservação ex-situ que tem lugar nos viveiros de Campelo que estão sob nossa gestão e noutra vertente complementar está em curso a recuperação de troços do rio Alcabrichel com vista à reintrodução de uma das espécies alvo deste projecto. Na serra dos Candeeiros está a decorrer um projecto de conservação da gralha-de-bico-vermelho e dentro em breve terá início um projecto LIFE para conservação de habitats nesta mesma área e no planalto de St. António, dentro da mesma área protegida.
No âmbito do programa antídoto onde a Quercus participa, foi também aprovado um programa LIFE que vai permitir uma maior intervenção no terreno e na sensibilização da população para esta problemática.

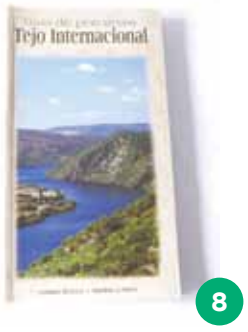
Paulo Lucas

Acção de monitorização do cágado de carapaça estriada em lagoa temporária protegida por voluntários da Quercus

Paulo Lucas

Restauração de uma turfeira na Serra de Montejunto

Noutra vertente, a Quercus desenvolve o projecto Criar Bosques através do qual estamos a plantar e a cuidar de novas áreas florestais um pouco por todo o País, projecto que se intersecta com o projecto Greencork, destinado a dinamizar a recolha de rolhas de cortiça para reciclagem angariando fundos para novas plantações florestais. Na serra do Caramulo, no Cabeço Santo está a decorrer um projecto de recuperação do bosque autóctone, em terrenos da associação e noutros que lhe são contíguos e mais a norte teve agora início um projecto LIFE destinado à gestão a conservação de habitats de montanha do norte de Portugal. A política florestal é também acompanhada de perto nomeadamente em tudo o que diz respeito à conservação da floresta autóctone e dos nossos montados de sobreiros e azinheiras sendo diversas as intervenções judiciais que ocorreram com vista a defender este património.
A par da capacidade de incremento de toda esta intervenção no terreno, a Quercus tem de ser capaz de acompanhar a elaboração e a aplicação de Directivas, Estratégias e todos os demais instrumentos de política de ordenamento do território e de conservação da natureza que são hoje fundamentais à conservação da biodiversidade.
Dum modo mais global temos de conseguir que a conservação da biodiversidade seja assumida como uma das vertentes de qualquer política de desenvolvimento realçando e aprofundando aspectos tão importantes como o da valorização dos serviços prestados pelos ecossistemas. Embora a Quercus faça parte de organizações europeias e tenha vindo a organizar e a participar em diversos congressos e seminários a nível internacional, torna-se também importante reforçar a presença em fóruns deste nível de modo a dar mais força às posições das ONGA junto das instituições internacionais.



1. **Caixa-ninho para aves com telhado de xisto –** 19.28€
2. **Jogo de estratégia madeira –** 16.73€
3. **Fão Natural –** 20,00€
4. **Sabonete artesanal –** 3,96€ **Promoção**
5. **Álbum Porta-fotos -** 21.65€
6. **Álbum -** 20.44€
7. **Brinquedo Gralha em madeira –** 24,00€
8. **Guia de percursos do Tejo internacional –** 15,00€
9. **Sabonete artesanal –** 3,96€ **Promoção**
10. **Lâmpadas economizadoras –** 8.37€ **Promoção**
11. **Contos da Biodiversidade –** 8,00€
12. **Mochila Gato –** 14,46€
13. **Creme para corpo com Chá Verde, Ananás e Guaraná** Ref. 30254 - 13.90€ **Promoção**
14. **Creme para corpo com aloé vera e extracto de pêssego** Ref. 30249 – 15.69€ **Promoção**
15. **HY mini –** 65,00€
16. **Pastilhas para máquina de lavar loiça Ecover –** 7.19€
17. **L´Arbre Vert Spray Limpa Vidros Mentol –** 1.72€ **Promoção**
    L´Arbre Vert Detergente Roupa – 6.85€ **Promoção**
    L´Arbre Vert Detergente Roupa Recarga – 5,59€
    L´Arbre Vert Lava Tudo Desengordurante Ultra-concentrado Alecrim - 2.58€ **Promoção**
18. **Creme contorno de olhos com manga e papaia** Ref. 30285 - 10.42€ **Promoção**
19. **Sabonete líquido de Lavanda e Aloé Vera Ecover** – 3.68€
20. **Diese Infusão Mediterrâneo Bio Digeris –** 2.09€
21. **Diese Infusão Sahara Bio Aromat -** 2.44€ **Promoção**
22. **Diese Infusão Tília Bio Tranquilus –** 2.09€ **Promoção**
23. **Diese Chá Vermelho Bio Siluetis –** 2.44€ **Promoção**

A e-loja da Quercus é uma loja on-line que pretende colocar à disposição dos cidadãos uma gama de artigos ecológicos e apresentar ao público o material publicado pela Quercus - ANCN. A Quercus oferece assim a oportunidade de consumir de forma mais saudável, responsável e equilibrada.
Ao optar por um consumo responsável, comprando na loja Quercus, está a fazer não só um pequeno gesto em prol da sustentabilidade, mas também um grande contributo para a preservação da biodiversidade, na medida em que todas as receitas não reinvestidas revertem para o Fundo Quercus de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, onde serão aplicadas em projectos como a rede de reservas biológicas.

e-LOJA QUERCUS

Como comprar na e-loja da Quercus?
É prático e cómodo realizar compras na loja Quercus, para isso basta aceder à página da loja: http://e-loja.quercus.pt , ou seguir o link existente na página da Quercus em: http://www.quercus.pt, escolher os artigos e a quantidade pretendidos e seguir as instruções sugeridas nas "condições de venda" presentes nesta página.
Como forma de pagamento o cliente poderá optar pela transferência bancária, pela emissão de cheque ou de vale postal. Em breve estará disponível a opção de pagamento através de multibanco. Caso o cliente seja sócio da Quercus beneficiará de um desconto de 5% sobre o preço do artigo e poderá ainda optar pelo envio da encomenda através de cobrança postal.
Consuma de forma moderada e responsável!

LIVRO

Ambiente, Ciência e Cidadãos

O ambiente é actualmente uma das questões determinantes das sociedades contemporâneas. Os problemas ambientais, com efeito, condicionam, de um modo inultrapassável, o nosso presente e o nosso futuro. Surgem movimentos de cidadãos preocupados com o ambiente e a sua intervenção torna-se mais visível.
Mas estaremos nós conscientes do papel do ambiente no contexto da cidadania? Será relevante o destaque dado pelos meios de comunicação social às questões ambientais? Estará a ciência atenta à cobertura mediática das temáticas ambientais? Estarão o direito e as instituições a adaptar-se, atempadamente, ao evoluir dos novos desafios colocados pelo ambiente?
Focado na realidade portuguesa, este livro organiza-se em cinco partes: a necessidade de os media contribuírem para a formação de cidadãos esclarecidos em ambiente, no contexto da ciência e da tecnologia; O percurso legal e institucional do ambiente; O ambiente como ciência nas páginas dos jornais; O lugar do ambiente nos estudos sobre a ciência e a tecnologia na imprensa; A evolução do ambiente na esfera pública.

Os autores:
Rui Brito Fonseca
Lia Vasconcelos
José Manuel Alho
Maria Adília Lopes

Edição: Esfera do Caos

PVP: 13,90 euros

CONSELHO AMBIENTAL

Eco-Condução

Quando utilizamos o automóvel para nos deslocarmos é importante praticar uma eco-condução. A eco-condução permite viajar com mais segurança, com menos despesa na nossa carteira e com menos consequências negativas para o ambiente. Pode mesmo permitir uma redução até 25% dos consumos do carro.

Mas para praticar uma eco-condução é necessário seguir algumas dicas:

- manter os pneus calibrados, sem ar a mais nem a menos, poupa no seu desgaste e pode reduzir 5% do consumo de combustível.

- ligar o carro apenas quando estamos preparados para iniciar a viagem.

- devemos arrancar suavemente e conduzir sempre que possível a baixas rotações utilizando para isso as mudanças mais altas. A primeira é praticamente só para arrancar. Estes cuidados podem reduzir até 10% o consumo de combustível.

- é fundamental conduzir por antecipação e para isso é importante estar atento ao que acontece para além do carro que está à nossa frente. Devemos estar atentos à paragem do trânsito e à aproximação de cruzamentos, passadeiras ou sinais luminosos de modo a que possamos mudar suavemente de velocidade, antecipando o que irá acontecer. Travagens ou acelerações bruscas significam maior consumo de combustível e maior desgaste do veículo. Não vale a pena continuar a acelerar se temos um sinal vermelho à nossa frente, um cruzamento, um peão junto a uma passadeira ou o trânsito parado.

- na eco-condução é fundamental cumprir os limites de velocidade, conduzir em excesso de velocidade pode significar um acidente mais grave ou uma multa mas resulta também em consumos de combustível mais elevados. Se fizermos uma viagem a 100 km/h em vez de 80 km/h gastamos mais 15% de combustível. E se o ar condicionado estiver ligado podemos gastar ainda mais 10%.

- se a viatura vai ficar parada por mais de um minuto é mais vantajoso desligar o motor e tenha em atenção para não transportar peso desnecessário, pois por cada 50 kg a mais é mais 2 a 3% nos consumos. E em viagens curtas... vá a pé, é mais saudável e mais amigo do ambiente.

LINKS

http://aterramada.blogspot.com _um projecto de ecoaldeia em permacultura.

http://www.quercustv.org _Espaço de divulgação vídeo da Quercus.

http://echa.europa.eu _Agência Europeia dos Produtos Químicos

http://linceiberico.icnb.pt _Conheça o Lince - Ibérico

http://www.ecokids.ca _Ecokids – Educação Ambiental activa

ECOTOPIA

RETRATO

MONTE BARATA

Samuel Infante

A Quercus no Tejo Internacional
Desde meados dos anos oitenta que vários elementos da Quercus começaram a percorrer a área do rio Tejo Internacional em busca dos veados e das grandes aves de rapina que aqui ocorrem. Em 1987, a Quercus em conjunto com a sua congénere ADENEX da Extremadura espanhola, lançou a campanha para a criação de uma zona protegida ao longo deste troço fronteiriço do rio Tejo. Treze anos depois, parte dessa área foi finalmente classificada como Parque Natural do Tejo Internacional. É esta região percorrida pelo Tejo ao entrar no território nacional que o convidamos a conhecer neste artigo.

Seguindo a máxima, conhecer para conservar, a Quercus tem desenvolvido diversas actividades de conservação e sensibilização na região. Levantamentos e monitorização de fauna, acções de divulgação e educação ambiental, recepção de grupos escolares e outros grupos informais, edição de publicações, criação de percursos e actividades práticas de conservação. Estas actividades decorrem em toda a região mas têm especial ênfase nas áreas que gerimos.Com efeito a Quercus possui quase 600 ha nesta região, parte dos quais na freguesia do Rosmaninhal no concelho de Idanha–a–Nova e outra parte correspondente ao Monte Barata, herdade localizada nas freguesias de Malpica do Tejo e Monforte da Beira no Concelho de Castelo Branco.

Conhecer o Tejo Internacional
A área habitualmente designada por Tejo Internacional fica situada na província da Beira Baixa, distrito de Castelo Branco, no extremo Sul do concelho de Castelo Branco e no extremo sul e leste do concelho de Idanha-a-Nova. No território português, corresponde a uma faixa de aproximadamente 40 Km confinante com o rio Tejo, que serve aqui de fronteira física e administrativa entre os dois países ibéricos, vindo daí a designação de Tejo Internacional. Esta área integra os troços finais dos rios Erges e Ponsul e da ribeira do Aravil, as escarpas e encostas fluviais sobranceiras ao Tejo, assim como a zona planáltica circunvizinha mais ou menos acidentada. O Parque Natural do Tejo Internacional (PNTI) com aproximadamente 24.000 ha foi criado a 18 de Agosto de 2000, embora a área já tenha sido declarada como ZPE (Zona de Protecção Especial) a 23 de Setembro de 1999, pela sua importância no que respeita, sobretudo, à avifauna com elevado estatuto de conservação.

A Flora e a Fauna
Nos diversos ecossistemas desta área foram já inventariadas 154 espécies de aves, 44 espécies de mamíferos, 12 espécies de peixes, 15 espécies de anfíbios das 17 existentes em Portugal, 20 espécies de répteis das 27 presentes no território nacional, 12 espécies de peixes, 153 espécies de insectos.
Das espécies da avifauna mais emblemáticas da região podemos salientar a cegonha-preta (Ciconia nigra), a águia-real (Aquila chrysaetos), a Águia-imperial (Aquila adalberti), a águia-de-Bonelli (Hieraaetus fasciatus), o abutre-do-Egipto (Neophron percnopterus), o grifo (Gyps fulvus), o abutre-preto (Aegypius monachus). Nos mamíferos de grande porte é de salientar a abundância de veados e javalis que se distribuem um pouco por toda a região. No que se refere à flora e vegetação destacam-se os extensos montados de azinho (Quercus rotundifolia Lam.) e sobro (Quercus suber L.), os zambujais (Olea europaea L. var. sylvestris (Miller), as comunidades relíquia de zimbro-bravo (Juniperus oxycedrus L.) e vastas manchas de matagal mediterrânico bastante diversificado. Nos diversos ecossistemas do PNTI encontram-se já inventariadas cerca de 300 espécies de plantas e 24 de fungos.

As actividades económicas e sociais
A agricultura poli-cultural em pequena propriedade; a produção de azeite e mel; os sistemas agro-silvo-pastoris extensivos de bovinos, ovinos e caprinos, são as actividades económicas com maior expressão no PNTI. A produção florestal (cortiça e madeira para a indústria papeleira) é outra actividade com grande expressão na região. A actividade cinegética constitui outra actividade com forte implementação, já a pesca tradicional, na Albufeira de Monte Fidalgo, é uma actividade que envolve apenas alguns agregados familiares. O turismo na natureza é outra actividade em franco crescimento na última década, prevendo-se que no futuro seja uma das actividades com maior expressão na região.

Reserva Biológica do Monte Barata
Esta propriedade com cerca de 419 hectares, adquirida pela Quercus em 1992, fica situada nas freguesias de Malpica do Tejo e Monforte da Beira (concelho de Castelo Branco) e dista cerca de 5,5 Km desta última povoação. É constituída essencialmente por montado de azinho e sobro, possui olival e áreas de pastagem natural e algumas galerias de vegetação ripícola ao longo das ribeiras do Marmelal e do vale Juncoso. Nesta propriedade, existem condições excepcionais de descoberta da natureza, onde em plena natureza realizam-se percursos interpretativos e outras actividades formativas. Existem instalações com capacidade de alojamento para cerca de 30 Pessoas, um pequeno auditório e guias especializados. É possível realizar diversos percursos (pedestres, BTT, etc.). Os itinerários podem ser escolhidos de forma a estarem mais adaptados a determinados currículos escolares. Com um denso coberto arbóreo constituído à base de azinheiras e sobreiros, na sua maioria de grandes dimensões, o Monte Barata alberga uma extensa área de exuberante vegetação mediterrânica. Aqui podem-se observar muitas das espécies referidas para a área do Tejo Internacional desde os veados e javalis às grandes aves de rapina ou às cegonhas pretas.

Biodiversidade Tejo Internacional
Actualmente decorre em parceria com a Brisa o Projecto "Biodiversidade para o Tejo Internacional 2008-2012", cujo objectivo principal é preservar a biodiversidade nesta área. As intervenções efectuadas terão um efeito positivo sobre os vários habitats existentes e em particular sobre algumas espécies ameaçadas como o Abutre negro, a Águia de bonelli ou o Cágado de carapaça estriada. A Construção de plataformas ninho para o abutre negro, a construção e funcionamento de dois alimentadores de abutres, a gestão de habitats para fomento de espécies presa como o coelho, perdiz e pombo; são algumas das acções de conservação que estão a ser implementadas. Estão também a ser realizadas intervenções em meio florestal com a arborização e manutenção da área de montado e a recuperação de galerias ripículas. Outra linha de trabalho consiste na criação de condições de apoio à visitação da área protegida, nomeadamente para a educação ambiental e turismo de natureza. Neste âmbito foram melhoradas as condições de alojamento, remarcados os percursos pedestres existentes com sinalética interpretativa em Português e Inglês, construídos observatórios para fauna e editados materiais de apoio.
Com este projecto pretende-se assim criar as bases para a sustentabilidade ambiental e económica desta propriedade, conservando o património natural e cultural e promovendo as boas práticas de gestão.

Samuel Infante

Samuel Infante

Para informações e reservas contactar por correio electrónico: **castelobranco@quercus.pt** ou pelo telefone: **272 324 272**.

Idalina Perestrelo

ECO NATAL
oficinas práticas
este ano, venha fazer o seu natal ecológico
Quinta da Gruta
Maia
desconto para famílias!
fica com os materiais construídos!
Quercus
castelo maia
13 de Novembro Árvores de Natal
20 de Novembro Enfeites eco-natalícios
das 14h30 às 17h00
4 de Dezembro Embrulhos eco-fantásticos
11 de Dezembro Eco-presépios
€3*
inscrições limitadas e obrigatórias até 24h antes
saiba mais em http://porto.quercus.pt
inscrições: porto@quercus.pt ou 222 011 065 / 931 620 212
*€5 cada oficina, €3 para sócios da Quercus
30% de desconto para grupos e na inscrição em mais de uma oficina

XVI Olimpíadas do Ambiente
2010/2011
As Olimpíadas do Ambiente têm como objectivo fundamental sensibilizar a comunidade escolar, especialmente os alunos do 7º ao 12º Ano e professores, para a problemática ambiental, aprofundando o conhecimento sobre a situação portuguesa e mundial.
www.esb.ucp.pt/olimpiadas
Ambiente à Prova
Prazo para a inscrição - 6 de Dezembro 2010
1ª eliminatória - 16 de Dezembro 2010
2ª eliminatória - 22 de Fevereiro 2011
Final Nacional - 28 de Abril a 1 de Maio 2011
Ambiente e Cidadania
Prazo para a inscrição - 6 de Dezembro 2010
Prazo para submeter os resultados - 10 de Março 2011
Ambiente e Arte
Prazo para a inscrição - 6 de Dezembro 2010
Envio de cartaz - 10 de Março 2011
Contactos
Comissão Organizadora
Parceiro
Alto Patrocínio
Apoiantes:
INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE | AGRUPAMENTO DE ESCOLAS SILVA GAIO - COIMBRA | UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Pousadas de Juventude
Quercus
CARTÃO QUERCUS = CARTÃO DE ALBERGUISTA
Devido a um protocolo assinado com a MOVIJOVEM, a partir de agora, o seu cartão de sócio QUERCUS funciona como cartão de alberguista em qualquer pousada de Juventude em Portugal, poupando assim 6 euros por ano na sua aquisição.

Quercus
25 anos Quercus
II JORNADAS QUERCUS
ARQUITECTURA SUSTENTÁVEL
18 SET 23 OUT 27 NOV '10
BIBLIOTECA MUNICIPAL ALMEIDA GARRETT
http://jornadasquercus.com

PARTICIPAR

Dário Cardador

Coruja do mato "Strix aluco" que deu entrada no CRASSA por electrocussão, recolhida na zona de Grândola por uma brigada do SEPNA-GNR.

Dário Cardador

Gaivota argêntea "Larus argentatus" petroleada que deu entrada no CRASSA, após o derrame ocorrido no porto de Sines em Julho de 2008.

Dário Cardador

Ganso patola "Morus bassanus" que deu entrada no Centro passados alguns dias do derrame ocorrido em Julho de 2008.

Dário Cardador

Libertação de uma Ógea "Falco subbuteo" no decorrer de uma acção de sensibilização, junto de um afluente do Guadiana.

Dário Cardador

Libertação de 12 Grifos "Gyps fulvus" recuperados no CRASSA, em Novembro de 2007, próximo do alimentador de abutres construído pela Quercus, num terreno privado nas proximidades da ribeira de Terges e Cobres na freguesia da Salvada, concelho de Beja.

UMA IMAGEM VALE MAIS QUE MIL PALAVRAS

Os três Centros de Recuperação de Animais Selvagens da Quercus (o Centro de Estudos e Recuperação de Animais Selvagens de Castelo Branco (CERAS), o Centro de Recuperação de Animais Selvagens de Montejunto (CRASM) e o Centro de Recuperação de Animais Selvagens de Santo André (CRASSA)) recebem, de todo o país, animais selvagens feridos e debilitados que necessitam de apoio veterinário e outros cuidados. Após a sua recuperação os animais são devolvidos ao meio natural. Nas imagens aqui apresentadas damos a conhecer um pouco do trabalho que é feito num desses centros – o Centro de Recuperação de Animais Selvagens de Santo André (CRASSA).

ZOOM

CONTO DA NATUREZA

AFINAL ELES EXISTEM MESMO

Alexandrina Pipa ilustração: **Gabriel Lagarto**

Na floresta onde vivo havia uma história que era contada de geração em geração. Cada vez que ao final das tardes de Verão ouvia o meu avô Élio Lirão contar aquela história sobre mulheres e homens extraordinários que, como qualquer super-herói, dedicavam a sua vida a proteger outras espécies de seres vivos, eu ficava a imaginar como seria se um dia eu, rato-lirão, saísse desta floresta e cavalgasse no dorso de um garrano em busca desses seres raros e lendários, que, contrariamente ao que é habitual no comportamento da espécie humana, se preocupam com a natureza.

Quando cresci convenci-me de que esta história de humanos protectores da Natureza não passava de uma lenda trazida por uma qualquer espécie exótica, como a acácia e o eucalipto, de países onde existem povos aborígenes, que, esses sim, nutrem grande respeito pela natureza que os rodeia, que os abriga e que lhes dá alimento.

Com o passar do tempo foram-me chegando notícias das acções do homem e todas elas eram más: falava-se em incêndios, em abate de árvores, em perseguição de espécies, em construção de barragens, em contaminação de rios e oceanos, em contaminação do ar que respiramos... Acreditem, todos os moradores desta floresta conhecem pelo menos uma história de destruição provocada pelo homem.

O sonho de um dia poder vir a conhecer um desses homens heróis das histórias do avô foi ficando cada vez mais distante e adormecido na minha cabeça. Até há bem pouco tempo era apenas uma vaga recordação dos tempos em que eu sonhava que um dia ia ser capaz de voar, de comandar o sol e a lua e domesticar o vento e a chuva.

Há algum tempo atrás, passou por aqui uma cegonha errante; é um bicho raro por estes lados e normalmente não fica muito tempo. Esta cegonha chamou a minha atenção e não foi só por ser rara por aqui, foi sobretudo porque me assegurou ter conhecido, na sua infância, um desses homens de que falam as histórias do meu avô.

- Conheces o Élio Lirão? Ele também te contou essa história? – perguntei eu, desconfiado de que a cegonha tivesse falado com o meu Avô.

- Acabo de chegar, meu rapaz! Não conheço ninguém por estes lados – respondeu-me ela e na altura pensei que talvez a confusão provocada pelo cansaço fosse a razão daquelas alucinações.

No dia seguinte procurei de novo aquela ave branca de bico vermelho, na esperança de que ela me pudesse falar dos homens que protegem a Natureza, procurei por todo o bosque mas já foi tarde; quando a encontrei, tinha morrido durante a noite e servia agora de banquete a insectos e outros animais esfaimados.

Aquela cegonha voltou a despertar na minha memória histórias de infância e com elas a vontade de ser livre, de viajar no dorso do garrano e conhecer mundo. Decidi então investigar: tinha que descobrir se realmente existiam esses homens e mulheres, não fossem andar a contar histórias de heróis que afinal não passassem de vilões.

De uma folha dobrada fiz um chapéu de "sherlockrato", desci da copa das árvores, onde gosto de passar o meu tempo e dei início à minha investigação.

Comecei por questionar os habitantes aqui da floresta: tentei saber se algum deles sabia da existência desses seres humanos que se preocupam com a Natureza e que protegem outras espécies de animais e plantas que são vítimas das acções praticadas por outros homens, mas rapidamente concluí que aqui não iria conseguir encontrar resposta para as minhas dúvidas.

Como havia indícios de que eles existiam e naquele momento a minha missão era encontrá-los, tomei então uma decisão. Estava na altura de pedir ajuda ao garrano Equus, tal como tinha imaginado na minha infância, e foi o que fiz. Não foi difícil convencer o Equus, ele também ficou muito curioso para conhecer os homens que não foram dominados pelo lado escuro.

De cima de uma árvore, saltei para o dorso do meu amigo garrano e partimos à descoberta do desconhecido.

A vida de um rato-lirão tem destas coisas: quando julgamos ter como certa a nossa vidinha calma e tranquila, eis que surge a agitação, a turbulência e a aventura.

Pelo caminho fomos encontrando espécies de animais e plantas que afirmavam já terem ouvido falar ou já terem visto o homem bom, o homem grande ou o homem eco, havia diferentes nomes para o mesmo ser...

Um dia encontrámos a coruja Tita, uma coruja-das-torres, que nos levou à cidade grande; não foi possível fazer o Equus passar despercebido, antes pelo contrário: a entrada do garrano na cidade gerou uma confusão tal que, em pouco tempo estávamos cercados por homens e máquinas. Para além do terrível barulho, os humanos faziam aparecer e desaparecer luzes azuis, vermelhas, laranja; acho que eram luzes de todas as cores. Eu e o amigo Equus estávamos apavorados, o garrano corria desorientado de um lado para o outro; por momentos achei que tinha chegado o fim; ia ser abatido às mãos dos homens sem ter conhecido o homem eco. Nesse momento, por entre a confusão de luzes e sons, apareceu um pequeno grupo de homens e mulheres vestidos de verde que fez com que a confusão terminasse: as luzes coloridas deixaram de acender e apagar e a multidão ruidosa que ali se encontrava, silenciou. Podiam agora ouvir-se as máquinas à distância e no local restavam apenas alguns murmúrios. Todos os presentes pareciam observar com curiosidade os movimentos daqueles seres vestidos de verde. Equus acalmou um pouco, e eu, que estava sobre o seu dorso, apercebi-me do quanto o meu amigo ainda tremia e de quanta força eu fizera para me equilibrar sobre aquele cavalo selvagem; nessa altura, ocorreu-me, por breves instantes, que aquilo de ir à cidade grande tinha sido uma enorme loucura.

Muito lentamente uma das mulheres vestidas de verde aproximou-se de nós; inexplicavelmente podia sentir-se uma calma no ar, o perigo tinha passado e sentíamos que podíamos confiar naquele ser.

Ao chegar perto de nós, a mulher de verde pronunciou algumas palavras tranquilizadoras que soaram como uma brisa suave e fizeram com que o garrano relaxasse e se deixasse conduzir por ela.

Estranhamente, todos os presentes, mesmo os que estavam vestidos de cores diferentes, tentavam ajudar no que podiam, já não faziam barulho nem criavam confusão e pareciam dispostos a colaborar.

A partir daí fomos conduzidos por estas pessoas vestidas de verde até um local sossegado onde cuidaram de nós. Depois, quando foi possível, acompanharam-nos até aqui à floresta onde sempre vivemos.

Já à entrada da nossa floresta, quando o grupo que nos acompanhou se tinha despedido e voltava costas para regressar à cidade grande, fez-se luz na minha cabeça e gritei:

- Homem Eco!???

Um deles, uma mulher, voltou-se, sorriu e depois levou o dedo indicador a cruzar os lábios, num gesto de quem pede segredo.

Não havia dúvidas, só podiam ser eles. Eu vi-os!

Mistério resolvido! A viagem mais longa, louca, arriscada e fascinante da minha vida terminava com uma certeza: afinal eles existem mesmo!

Hoje sei que estes homens e mulheres são reais e têm dedicado a vida a lutar por um mundo mais saudável e equilibrado onde todas as espécies são importantes.

Sei também que não podemos esperar que sejam eles sozinhos a resolverem os problemas ambientais do Planeta, cada um de nós deve seguir o exemplo deles e a seu lado fazer algo pelo futuro das espécies, porque é possível cada um de nós ser um pequeno herói daqueles que dão origem a admiráveis histórias de coragem.

ÁGUA/OCEANOS

DR 127 SÉRIE I de 2010-07-02
Decreto-Lei n.º 82/2010 - MAOT
Prorroga o prazo para a regularização dos títulos de utilização de recursos hídricos

DR 139 SÉRIE I de 2010-07-20
Portaria n.º 498/2010 - MAOT
Procede à classificação de várias albufeiras de águas públicas de serviço público como albufeiras públicas de utilização protegida e outra como albufeira de águas públicas de utilização condicionada

DR 139 SÉRIE I de 2010-07-20
Portaria n.º 539/2010 - MAOT
Classifica como albufeiras de águas públicas de utilização protegida as albufeiras de Alto Tâmega, Daivões e Gouvães

DR 147 SÉRIE I de 2010-07-30
Decreto-Lei n.º 96/2010 - MAOT
Estabelece o regime sancionatório aplicável às infracções praticadas pelos utilizadores da orla costeira, no que respeita a sinalética e barreiras de protecção

DR 173 SÉRIE I de 2010-09-06
Portaria n.º 842/2010 – MDN; MAOT
Mantém a praia da Aguda, no concelho de Sintra, como praia de uso suspenso

DR 183 SÉRIE I de 2010-09-20
Portaria n.º 931/2010 - MAOT
Define os elementos necessários à instrução dos processos de delimitação do domínio público hídrico por iniciativa dos proprietários, públicos ou privados, de terrenos nas áreas confinantes com domínio público hídrico

DR 186 SÉRIE I de 2010-09-23
Portaria n.º 962/2010 - MAOT
Classifica as albufeiras de águas públicas de serviço público de Girabolhos e Bogueira como albufeiras de águas públicas de utilização protegida

Portaria n.º 963/2010 - MAOT
Aprova a delimitação dos perímetros de protecção para a captação de águas subterrâneas destinadas ao abastecimento público de vários pólos de captação no concelho do Barreiro

AGRICULTURA

DR 137 SÉRIE I de 2010-07-16
Portaria n.º 501/2010 - MADRP
Aprova o Regulamento de Aplicação do Programa para a Rede Rural Nacional

DR 139 SÉRIE I de 2010-07-20
Decreto-Lei n.º 88/2010 - MADRP
Regula a produção, controlo, certificação e comercialização de sementes de espécies agrícolas e de espécies hortícolas, com excepção das utilizadas para fins ornamentais

DR 141 SÉRIE I de 2010-07-22
Portaria n.º 556/2010 - MADRP
Primeira alteração à Portaria n.º 288/2010, de 27 de Maio, que define as espécies cinegéticas às quais é permitido o exercício da caça e fixa os períodos, os processos e outros condicionamentos para a época venatória de 2010-2011

DR 151 SÉRIE I de 2010-08-05
Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 16/2010/A – RAA - AL
Resolve recomendar a implementação de várias medidas e iniciativas relativas à defesa da agricultura nos Açores, no âmbito da nova política agrícola comum (PAC)

DR 157 SÉRIE I de 2010-08-13
Decreto Legislativo Regional n.º 15/2010/M – RAM - AL
Declara a Região Autónoma da Madeira zona livre de cultivo de variedades de organismos geneticamente modificados (OGM)

DR 158 SÉRIE I de 2010-08-16
Resolução da Assembleia da República n.º 103/2010 - AR
Recomenda ao Governo medidas que protejam a pesca artesanal costeira, do cerco e palangre de fundo no Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina no âmbito da revisão do Regulamento do Plano de Ordenamento do Parque Natural

Resolução da Assembleia da República n.º 104/2010 - AR
Recomenda ao Governo que rejeite a comercialização de arroz transgénico LLRice62

Resolução da Assembleia da República n.º 105/2010 - AR
Recomenda ao Governo que implemente medidas de reconversão dos usos de solo nas áreas afectadas pelo nemátodo da madeira do pinheiro (NMP)

DR 167 SÉRIE I de 2010-08-27
Portaria n.º 814/2010 - MADRP
Altera os Regulamentos de Aplicação das Medidas do PRODER

DR 168 SÉRIE I de 2010-08-30
Portaria n.º 823/2010 - MADRP
Aprova o Regulamento do Regime Específico de Apoio à Pequena Pesca Costeira, previsto no eixo prioritário n.º 1 do Programa Operacional Pesca 2007-2013 (PROMAR)

DR 183 SÉRIE I de 2010-09-20
Portaria n.º 928/2010 - MADRP
Estabelece períodos de interdição para a pesca em águas interiores não marítimas durante os quais é proibida a captura, manutenção a bordo, desembarque, transporte, exposição e venda de certas espécies

CONSERVAÇÃO DA NATUREZA/FLORESTA/ CAÇA/PESCA

DR 134 SÉRIE I de 2010-07-13
Portaria n.º 487/2010 - MFAP; MAOT
Aprova o Regulamento de Gestão do Fundo para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade
DR 150 SÉRIE I de 2010-08-04
Resolução da Assembleia da República n.º 84/2010 - AR
Discriminação positiva e políticas de apoio às populações residentes nas áreas protegidas

Resolução da Assembleia da República n.º 85/2010 - AR
Isenção da aplicação das taxas devidas ao Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P. (ICNB, I. P.), à população residente nas zonas protegidas

DR 152 SÉRIE I de 2010-08-06
Resolução da Assembleia da República n.º 88/2010 - AR
Instituição do princípio de isenção do pagamento de taxas por parte da população residente nas áreas protegidas

DR 153 SÉRIE I, 1º SUPLEMENTO de 2010-08-09
Portaria n.º 652-A/2010 - MADRP
Aprova o regulamento que estabelece as regras de atribuição e de controlo da aplicação da ajuda na luta contra o nemátodo da madeira do pinheiro

ENERGIA/ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS/ POLUIÇÃO DO AR /MOBILIDADE

DR 144 SÉRIE I de 2010-07-27
Decreto-Lei n.º 93/2010 - MAOT
Estabelece o regime de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa das actividades da aviação

DR 150 SÉRIE I de 2010-08-04
Resolução do Conselho de Ministros n.º 54/2010 - PCM
Resolve aprovar medidas de implementação da produção descentralizada de energia através de miniprodução de electricidade

DR 171 SÉRIE I de 2010-09-02
Portaria n.º 840/2010 – MFAP; MADRP; MOPTC
Regulamenta as formalidades e os procedimentos aplicáveis ao reconhecimento e ao controlo do acesso à taxa reduzida do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP)

DR 177 SÉRIE I de 2010-09-10
Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2010 - PCM
Prevê o lançamento, durante os anos de 2010 e 2011, de procedimentos concursais de iniciativa pública, para a adjudicação de centrais mini-hídricas, tendo em vista alcançar a meta de atribuição de potência estabelecida na Estratégia Nacional para a Energia 2020

DR 186 SÉRIE I de 2010-09-23
Decreto-Lei n.º 102/2010 - MAOT
Estabelece o regime da avaliação e gestão da qualidade do ar ambiente

DR 190 SÉRIE I de 2010-09-29
Portaria n.º 993/2010 - MAOT
Estabelece a taxa devida à Agência Portuguesa do Ambiente (APA) pelo acesso e utilização do Registo Português de Licenças de Emissão (RPLE)

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

DR 129 SÉRIE I de 2010-07-06
Portaria n.º 466/2010 - MAOT
Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Bragança

DR 130 SÉRIE I de 2010-07-07
Portaria n.º 470/2010 - MAOT
Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Monção

DR 135 SÉRIE I de 2010-07-14
Portaria n.º 499/2010 - MAOT
Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município da Covilhã

DR 138 SÉRIE I de 2010-07-19
Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/2010 - PCM
Prorroga, pelo período de um ano, as medidas preventivas na área destinada à implantação do novo aeroporto de Lisboa (NAL) e nas áreas confinantes

DR 146 SÉRIE I de 2010-07-29
Portaria n.º 595/2010 - MAOT
Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Aljezur

DR 148 SÉRIE I de 2010-08-02
Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2010 - PCM
Aprova o Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo

DR 156 SÉRIE I de 2010-08-12
Resolução do Conselho de Ministros n.º 57/2010 - PCM
Aprova o Plano de Ordenamento do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros

Decreto Legislativo Regional n.º 26/2010/A – RAA - AL
Aprova o Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores (PROTA)

DR 171 SÉRIE I de 2010-09-02
Lei n.º 31/2010 - AR
Autoriza o Governo a criar um regime especial das expropriações necessárias à realização de infra-estruturas

DR 174 SÉRIE I de 2010-09-07
Portaria n.º 864/2010 - MAOT
Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de São João da Madeira

DR 178 SÉRIE I de 2010-09-13
Resolução do Conselho de Ministros n.º 73/2010 - PCM
Autoriza a realização da despesa com a aquisição de serviços de execução do cadastro predial, no âmbito do Sistema Nacional de Exploração e Gestão de Informação Cadastral

SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS

DR 136 SÉRIE I de 2010-07-15
Decreto-Lei n.º 86/2010 - MADRP
Estabelece o regime de inspecção obrigatória dos equipamentos de aplicação de produtos fitofarmacêuticos autorizados para uso profissional

OUTROS

DR 134 SÉRIE I de 2010-07-13
Portaria n.º 485/2010 – MFAP; MAOT
Aprova o Regulamento de Gestão do Fundo de Intervenção Ambiental

DR 150 SÉRIE I de 2010-08-04
Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2010 - PCM
Cria o Conselho Nacional para a Economia Social

DR 171 SÉRIE I de 2010-09-02
Lei n.º 30/2010 - AR
Protecção contra a exposição aos campos eléctricos e magnéticos derivados de linhas, de instalações e de equipamentos eléctricos

LEGENDA

AR - Assembleia da República
MADRP - Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas
MAI - Ministério da Administração Interna
MAOT - Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território
MDN – Ministério da Defesa Nacional
MCTES - Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
MEID - Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento
MFAP – Ministério das Finanças e Administração Pública
MNE - Ministério dos Negócios Estrangeiros
MOPTC - Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações
MS – Ministério da Saúde
MTSS - Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social
PCM - Presidência do Conselho de Ministros
PCM – CJ - Presidência do Conselho de Ministros - Centro Jurídico
PR – Presidência da República
RAA - AL - Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa
RAA - PG - Região Autónoma dos Açores - Presidência do Governo
RAA – SGAM – Região Autónoma dos Açores – Secretaria-geral do Ambiente e do Mar
RAM - AL – Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa
TC – Tribunal Constitucional

Fonte: Diário da República Electrónico – Sumários (http://dre.pt/)

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

PROPOSTAS DIDÁCTICAS

INSTRUMENTOS MUSICAIS

Resíduos que se tornam instrumentos musicais
Qualquer criança gosta de brincar, mas se ela puder construir o seu próprio brinquedo sentir-se-á mais feliz. Por isso deixamos aqui algumas dicas aos adultos para que ajudem as crianças a construir instrumentos musicais com resíduos reutilizados.

Chocalho de lata de alumínio

Vai precisar de:
1 lata de alumínio; sementes de feijão, milho, arroz ou pedrinhas; e fita adesiva

Modo de fazer:
- pinte a sua lata com tinta, de preferência à base de água por serem mais ecológicas.
- encha a lata com sementes ou pedrinhas.
- vede o buraco da lata com fita adesiva e cole uma figura por cima para dar um acabamento mais bonito.

Flauta de Papelão

Vai precisar de:
1 tubo grande de papelão – use o tubo vazio de papel de alumínio ou tubo de filme de plástico (aqueles de embrulhar comida); um pedaço de papel vegetal; elástico ou fita adesiva

Modo de fazer:
- fure o tubo com lápis ou recorte os furos, mas cuidado: se for usar alguma coisa que corte, peça ajuda a um adulto.
- prenda o pedaço de papel vegetal a uma das extremidades com elástico ou fita adesiva.
- toque a flauta soprando pelo lado que ficou aberto e fechando e abrindo os furos com os dedos

Violão de Caixa de Sapatos

Vai precisar de:
1 caixa de sapatos; 6 elásticos; fita adesiva

Modo de fazer:
- recorte uma abertura na tampa da caixa de sapatos.
- prenda a tampa com fita adesiva.
- coloque os 6 elásticos no centro da caixa, sobre o buraco.

ASSISTÊNCIA ZOOMARINE

PEQUENO, DE BOLSO, E PARA SALVAR VIDAS!

Porque esta era uma necessidade que precisava de uma resposta, e porque toda a ajuda é necessária e bem-vinda, a partir do dia 1º de Setembro o Zoomarine coloca à disposição de todos os interessados um pequeno e muito prático "Guia de Assistência a Animais Marinhos" para quem encontrar um animal marinho em perigo (esteja ele em terra ou no mar).
Idealizado pelo Zoomarine, Parque Oceanográfico de Entretenimento Educativo, o "Guia de Assistência a Animais Marinhos" resulta dos crescentes pedidos de apoio por parte da comunidade civil, e visa facultar instruções básicas de como proceder em caso de nos depararmos com mamíferos marinhos, tartarugas marinhas ou lontras-de-rio em situações de risco. Assim, e de uma forma simples e imediata, qualquer um de nós poderá contribuir para os primeiros socorros (e eventual salvamento) de um animal marinho, seguindo um conjunto de acções importantes e urgentes, expressas de uma forma proactiva e segura (para o animal e para com quem com ele contactar).

Cortar

INFORMAÇÃO

Siga, por favor, as instruções deste guia caso encontre algum destes animais ferido ou arrojado (animais marinhos em dificuldades, nas praias ou em alto mar).

Em todas as situações envolvendo um animal selvagem em dificuldades (mesmo aquelas não mencionadas neste documento - *e.g.* aves), **as autoridades e/ou equipas de apoio à vida selvagem deverão ser contactadas de imediato** (ver contactos no verso).

ATENÇÃO: em nenhum momento deverá colocar-se a si ou terceiros em risco. Ainda que debilitados, tratam-se de animais selvagens que, estando assustados, podem reagir agressivamente para se defender.

GOLFINHOS

Evite qualquer barulho, contacto ou outro distúrbio.

Mantenha o animal protegido do vento e do sol.

Mantenha o corpo sempre molhado, evitando molhar o orifício respiratório.

Se o golfinho se encontrar no mar, oriente o bico na direcção da ondulação, mantendo o orifício respiratório fora de água.

Se o golfinho se encontrar em terra:
- cubra o corpo com toalhas húmidas, garantindo que não tapa o orifício respiratório;
- cave pequenos buracos na areia para manter as barbatanas na sua posição natural.

GOLFINHOS

Evite manipular a boca e a barbatana caudal. Sendo um animal selvagem e assustado poderá reagir agressivamente para se proteger.

Arrojamentos de par mãe-cria
- manter mãe e cria em contacto visual e auditivo durante todo o tempo;
- em caso de necessidade de deslocação dos animais (*e.g.* risco de embate contra rochas), evitar separar a mãe da cria;
- evitar ao máximo o manejo da cria, esta será particularmente susceptível ao stress;
- aplicar as recomendações para golfinhos vivos, reduzindo todo e qualquer distúrbio.

Arrojamentos em massa(dois ou mais animais que dão à costa vivos, excepto mãe-cria):
- Descrever a situação às autoridades com o maior detalhe possível (número de animais, distribuição na praia, ferimentos, presença de crias);
- prestar auxílio apenas aos espécimes vivos;
- aplicar as recomendações para golfinhos vivos, reduzindo todo e qualquer distúrbio.

FOCAS

Não tente deslocar o animal.

Evite qualquer tipo de contacto (estes animais, quando assustados, podem tornar-se muito agressivos. Podem movimentar-se na direcção das pessoas e morder, sendo potencialmente perigosos pela sua mobilidade).

Na praia, caso não exista qualquer risco para as pessoas ou para o animal: procure bloquear o acesso deste ao mar (*e.g.* através do uso espreguiçadeiras ou cadeiras de praia).

Em terra, se estiver muito calor, procure proteger o animal do sol e molhá-lo regularmente.

LONTRAS DE RIO

Evite qualquer barulho ou outro distúrbio.

Evite qualquer tipo de contacto. Estes animais podem ser muito agressivos.

Não tente alimentar o animal. Pode ser prejudicial para o seu estado de saúde.

Caso se trate de uma ou mais crias que não se encontrem em situação de risco, como o de atropelamento, não a(s) tente deslocar e afaste-se (a progenitora poderá estar próximo).

Cortar

TARTARUGAS MARINHAS

Evite qualquer barulho, contacto ou outro distúrbio.

Procure manter o animal protegido do vento e do sol.

Mantenha o corpo da tartaruga sempre molhado.

Se estiver calor, e se possível, cubra o corpo com toalhas e mantenha-as molhadas, nunca tapando as narinas.

TARTARUGAS MARINHAS

Não tente deslocar o animal.

Evite aproximar-se da região da boca. Sendo um animal selvagem e assustado poderá reagir agressivamente para se proteger (*e.g.* morder).

Se a tartaruga se encontrar num local com água, assegure-se que esta consegue vir à superfície para respirar.

ILUSTRAÇÕES

Cortesia de Jón Baldur Hliðberg

Golfinho-roaz (*Tursiops truncatus*)
Foca-comum (*Phoca vitulina*)
Lontra-de-rio (*Lutra lutra*)
Tartaruga-comum (*Caretta caretta*)

www.fauna.is

O PAPEL DO ZOOMARINE

Considerando ser um dever ético, e na ausência de uma estrutura física no nosso país, com profissionais especializados e dedicados à reabilitação de fauna marinha, o Zoomarine inaugurou em 2002 o Porto d'Abrigo do Zoomarine – o primeiro Centro de Reabilitação de Espécies Marinhas, em Portugal.

Assim, desde então e numa colaboração próxima com o Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, uma equipa multidisciplinar tem-se dedicado ao resgate, reabilitação e devolução ao meio natural de animais marinhos e aquáticos.

CONTACTOS

24h/dia, 365 dias/ano

SEPNA
Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente da Guarda Nacional Republicana
808 200 520

ABRIGOS
Rede de Apoio a Mamíferos Marinhos
968 849 101

Zoomarine

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS
© 2010 ZOOMARINE

PORTO D'ABRIGO
Centro de Reabilitação de Espécies Marinhas
Rehabilitation Centre for Marine Species

QUANDO ENCONTRAR UM ANIMAL EM RISCO
O QUE FAZER?

Zoomarine

Nome: Ana Ventura

Idade: 62 anos

Função: Secretária da Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza.

Funções: atendimento do público que visita a sede da Quercus. Recepção, expedição e tratamento de correspondência postal e electrónica. Dar apoio à tesouraria. Manter o arquivo central. Garantir a existência e actualização de uma base de dados de contactos. Enviar comunicados de imprensa. Solicitar documentos oficiais. Criar, manter e actualizar a base de dados dos recursos humanos, bem como os processos individuais de cada funcionário. Criar manter e actualizar a base de dados de Mecenas. Controlar a boa execução dos pedidos de apoio internos e externos reencaminhados para colaboradores e estruturas da Quercus. Dar apoio às actividades desenvolvidas pela Direcção Nacional da Quercus. Coordenação local dos trabalhos com os restantes colaboradores do Secretariado Nacional.

Como aconteceu a minha vinda para a quercus: a minha vida estava um caos. A minha empresa tinha falido num processo muito difícil, tinha acabado de me divorciar, estava sem emprego, sem dinheiro, sem casa, sem nada. Um dia a minha filha mais nova telefona-me a dizer: "Mãe vai já fazer o teu curriculum para enviar para a Quercus, porque eles estão a precisar de alguém para o Secretariado." Enviei o CV e entretanto arranjei emprego num atelier de Arquitectura. Ainda não tinha terminado o primeiro mês de trabalho, recebo um telefonema da Susana Fonseca para ir a uma entrevista, que se realizou num dia de sol, no Jardim Zoológico e que correu muito bem. Interiormente optei de imediato pela Quercus. Algum tempo depois fui entrevistada pelo Helder Spínola e finalmente contrataram-me.
Gosto do que faço, gosto da autonomia que tenho, gosto das pessoas. E gosto de resolver problemas. Estou bem aqui.

O que mais me preocupa em matéria ambiental: a estupidez, a ignorância e a ganância do Homem. Creio que o único problema ambiental é a existência do Homem.
Ainda recentemente li um estudo publicado na revista Science, um grupo de cientistas argumentava que, caso as pessoas não reconheçam a ligação entre as suas escolhas de consumo e a perda de biodiversidade, a diversidade da vida na Terra continuará em declínio.

O que faço todos os dias pelo ambiente: Fazer o melhor possível no meu trabalho na Quercus, não desperdiçar, consumir o mínimo, reciclar o máximo, ter a varanda cheia de plantas, não matar insectos, usar produtos biológicos da época e de Portugal na alimentação, usar detergentes biológicos, usar produtos de beleza biológicos e que não recorrem a experiências em animais, andar a pé ou de transportes públicos na maior parte das deslocações, difundir a mensagem da urgência da protecção do ambiente por todos os meus contactos.

ROSTOS QUERCUS

EDITAL - AVISO CONVOCATÓRIO

Assembleia-Geral Extraordinária
da Quercus - Associação Nacional de Conservação da Natureza

Gaia-Avintes, 30 de Outubro de 2010, às 21:00 Horas

De acordo com os artigos 16.º a 19.º dos Estatutos, convoco todos os associados da Quercus - Associação Nacional de Conservação da Natureza para uma reunião extraordinária da Assembleia-Geral, a realizar nas instalações do Parque Biológico de Gaia, Rua da Cunha em Avintes, no dia 30 de Outubro de 2010 (Sábado), com início às 21:00 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:
1 – Deliberação sobre propostas de alteração aos Estatutos;
2 – Deliberação sobre a constituição do Conselho Fiscal e da Comissão Arbitral;
3 – Deliberação sobre outros assuntos de interesse para a Associação.
De acordo com o n.º 2 do art.º 19.º, a Assembleia-Geral reunirá em primeira convocatória se estiverem presentes mais de metade dos associados, com direito a voto, e em segunda convocatória, meia hora depois, com qualquer número de associados.

Lisboa, 7 de Julho de 2010
A Presidente da Mesa da Assembleia-Geral

(Maria de Lurdes Cravo)

PAGAMENTO DE QUOTAS

A Direcção Nacional apela a todos os associados para regularizarem o pagamento das quotas. Se quiser pagar por cheque aproveite o envelope rsf que lhe enviámos no final do ano com a informação sobre quotas em falta (enviado aos sócios que deviam ainda o ano 2009 e anos anteriores). Pode também pagar por vale postal. Se preferir pagar por transferência bancária utilize a seguinte conta da CGD com o NIB: 0035 0239 0001 2649 6306 5 (neste caso informe-nos da data e montante transferido através dos contactos da gestão de sócios: 284 321326 ou 93 7788473 ou para o e-mail: gestaosocios@quercus.pt. O valor das quotas para 2010 é igual ao dos anos anteriores ou seja adulto 20,00 €; estudantes até aos 26 anos 13,00 €; jovens até aos 15 anos 8,00 €; colectivos 45,00 €.

Notícias com a "newsletter" da Quercus

Com o objectivo de proporcionar mais informação aos associados e simpatizantes da Quercus tem sido editado o "Boletim Quercus". Esta edição semanal está associada ao site da Quercus e é simples de subscrever, basta registar o endereço de e-mail em **www.quercus.pt**.

Imprima e envie para QUERCUS-ANCN - Gestão de Sócios - Apartado 230 * 7801-903 Beja

QUERCUS - Associação Nacional de Conservação da Natureza
Gestão de Sócios

E-mail: gestaosocios@quercus.pt * Telf.: 284 321 326

Boletim de Admissão a Sócio

A preencher pela Quercus

Nº Sócio	Estatuto
Núcleo	**Data**

Nome:
Sexo (F/M):
Morada:
Localidade: C.P. __ __ __ __ - __ __ __
Concelho: Distrito: País:
Telefone: Fax: E-mail:
BI nº: Data Nasc: / / Nacionalidade:
Nº de Contribuinte: Profissão:
Data: Assinatura:

Quota anual: Júniores (até 16 anos) - 8 Euros | Estudantes (até 25 anos) - 13 Euros | Adultos - 20 Euros | Colectivos - 45 Euros

Modo de Pagamento
☐ Numerário | Valor _____
☐ Cheque/Vale Postal* | Nº _____ Banco: _____ Valor: _____
☐ Transferência Bancária* | Data: _____ Valor: _____

A preencher pela Quercus
Recebido (Núcleo/CEA/etc.) **Receptor da Inscrição**

* Deve ser enviado juntamente com esta ficha o cheque/vale postal/comprovativo de transferência bancária.

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE: Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza

MORADA: Centro Associativo Bairro do Calhau, Bairro do Calhau, 1500-045 Lisboa

TELEFONE: 217 788 474

FAX: 217 787 749

EMAIL QUERCUS AMBIENTE: jornal@quercus.pt

SITE QUERCUS: www.quercus.pt

DIRECTOR: Susana Fonseca

DIRECÇÃO EDITORIAL: Idalina Perestrelo

MARKETING: Marcos Bartilotti

GRAFISMO: Ideia Clara. Design

COLABORARAM NESTE NÚMERO: Agostinho Ferreira; Alexandrina Pipa; Ana Ventura; Brunna Rocha; CIR – Centro de Informação de Resíduos; Direcção Nacional da Quercus; Ecocasa; Francisco Ferreira; Grupo de Trabalho da Água; Grupo de Trabalho da Conservação da Natureza; Grupo de Trabalho da Educação Ambiental; Hélder Spínola; Humberto Rodrigues; Idalina Perestrelo; José Paulo Martins; Leticia Santos; Lívia Madureira; Mafalda Sousa; Miguel Sottomayor; Melissa Shinn; Núcleo Regional do Alentejo da Quercus; Núcleo Regional de Aveiro da Quercus; Núcleo Regional de Beja/Évora da Quercus; Núcleo Regional de Braga da Quercus; Núcleo Regional de Castelo Branco da Quercus; Núcleo Regional de Coimbra da Quercus; Núcleo Regional da Guarda da Quercus; Núcleo Regional de Lisboa da Quercus; Núcleo Regional da Madeira da Quercus; Núcleo Regional do Porto da Quercus; Núcleo Regional de Portalegre da Quercus; Núcleo Regional de Setúbal da Quercus; Nuno Sequeira; Paulo Lucas; Paulo Magalhães; Ricardo Marques; Rute João; Samuel Infante; Sara Campos; Sofia Vilarigues; Susana Fonseca; Vanda Marques.

FOTOS CAPA: Paulo Magalhães (PM);

FOTOS: Dário Cardador; Gabriel Lagarto; Hélder Spínola; Henrique Miguel Pereira; Idalina Perestrelo; Luís Avelar; Núcleo Regional de Portalegre da Quercus; Núcleo Regional do Porto da Quercus; Paulo Lucas; Paulo Magalhães; Paulo Monteiro; Samuel Infante.

IMPRESSÃO: Mirandela Artes Gráficas

TIRAGEM: 10 000 exemplares

DEPÓSITO LEGAL Nº: 200020/03

O conteúdo dos artigos constantes nesta publicação é da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

APOIO:

ideia clara. Design

Renova

CONGRESSO DE COMEMORAÇÃO

25 ANOS DA QUERCUS

30, 31 OUTUBRO
1 NOVEMBRO 2010

PARQUE BIOLÓGICO DE GAIA

PROGRAMA + FICHA DE INSCRIÇÃO
NO INTERIOR DESTE JORNAL

Organização | Mecenas Platina | Mecenas Ouro | Mecenas Prata | Mecenas Associados | Apoios